

FILOSOFIA, CIÊNCIA E REVELAÇÃO: FUNDAMENTOS PARA A RACIONALIDADE DO CRIACIONISMO BÍBLICO

**PHILOSOPHY, SCIENCE, AND REVELATION: FOUNDATIONS FOR THE
RATIONALITY OF BIBLICAL CREATIONISM**

Ciências Humanas • 13/09/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/789154672](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/789154672)

Renato Wandscheer Fritsche¹

RESUMO

O debate contemporâneo sobre as origens frequentemente apresenta criação e ciência como perspectivas necessariamente antagônicas, embora parte dessa oposição decorra da sobreposição de questões metafísicas, científicas, hermenêuticas e teológicas pertencentes a níveis epistemológicos distintos. Este artigo analisa contribuições da filosofia da religião, da epistemologia, da filosofia da ciência e da literatura teológico-bíblica relevantes para a análise da racionalidade do criacionismo bíblico, considerando particularmente sua formulação na Igreja Adventista do Sétimo Dia. Trata-se de pesquisa qualitativa, de natureza teórico-bibliográfica e caráter exploratório-analítico, desenvolvida mediante revisão da literatura. O corpus reúne fontes filosóficas clássicas e contemporâneas, estudos sobre ciência e naturalismo, trabalhos exegéticos relativos às narrativas bíblicas das origens e documentos confessionais adventistas. Os resultados indicam que a crença em um Criador permanece filosoficamente argumentável e que o naturalismo metodológico empregado pelas ciências naturais não implica, por si só, naturalismo metafísico, assim como essa distinção não constitui demonstração do criacionismo. No campo hermenêutico, o corpus analisado apresenta argumentos compatíveis com elementos da interpretação adventista das origens, cuja formulação doutrinária revela significativa coerência interna, especialmente nas relações entre criação, sábado, queda, redenção e nova criação. Como contribuição teórico-conceitual, propõe-se o Modelo Integrativo de Racionalidade do Criacionismo Bíblico (MIRCB), entendido como estrutura analítica organizada nas dimensões metafísico-filosófica, epistemológico-científica, revelacional-hermenêutica e teológico-sistemática e orientada pelos princípios de não extrapolação epistemológica, proporcionalidade da afirmação, crítica simétrica dos pressupostos, abertura crítica e

convergência de racionalidade. Os achados permitem compreender a racionalidade do criacionismo bíblico não como resultado de sua transformação em teoria científica ou de uma demonstração isolada, mas como objeto de análise mediante a articulação crítica entre argumentação filosófica, limites epistemológicos da investigação científica, interpretação das Escrituras e coerência teológica, preservando-se as competências e os limites próprios de cada campo.

Palavras-chave: Criacionismo bíblico; Filosofia da religião; Ciência e religião; Naturalismo; Gênesis; Igreja Adventista do Sétimo Dia.

ABSTRACT

Contemporary debates on origins often portray creation and science as necessarily antagonistic perspectives, although part of this opposition stems from the conflation of metaphysical, scientific, hermeneutical, and theological questions that belong to distinct epistemological levels. This article examines contributions from philosophy of religion, epistemology, philosophy of science, and theological-biblical literature that are relevant to the analysis of the rationality of biblical creationism, with particular attention to its formulation within the Seventh-day Adventist Church. The study is qualitative, theoretical-bibliographic, and exploratory-analytical in nature, and was conducted through an literature review. The corpus comprises classical and contemporary philosophical sources, studies on science and naturalism, exegetical works addressing the biblical narratives of origins, and Adventist confessional documents. The findings indicate that belief in a Creator remains philosophically arguable and that the methodological naturalism employed by the natural sciences does not, by itself, entail metaphysical naturalism; likewise, this distinction does not constitute a demonstration of creationism. In the hermeneutical domain, the corpus analyzed

presents arguments compatible with elements of the Adventist interpretation of origins, whose doctrinal formulation displays significant internal coherence, particularly in the relationships among creation, the Sabbath, the Fall, redemption, and new creation. As a theoretical-conceptual contribution, the article proposes the Integrative Model of Rationality of Biblical Creationism (IMRBC), understood as an analytical framework organized into metaphysical-philosophical, epistemological-scientific, revelational-hermeneutical, and theological-systematic dimensions, and guided by the principles of epistemological non-extrapolation, proportionality of claims, symmetrical critique of presuppositions, critical openness, and convergence of rationality. The findings support an understanding of the rationality of biblical creationism not as the result of transforming it into a scientific theory or of a single demonstration, but as an object of analysis through the critical articulation of philosophical argumentation, the epistemological limits of scientific inquiry, the interpretation of Scripture, and theological coherence, while preserving the proper competencies and limits of each field.

Keywords: Biblical creationism; Philosophy of religion; Science and religion; Naturalism; Genesis; Seventh-day Adventist Church.

1. INTRODUÇÃO

A questão das origens constitui um problema persistente na história do pensamento humano. Indagações sobre a existência do universo, a origem da vida, a natureza humana e a possibilidade de uma causa primeira antecederem o desenvolvimento das ciências modernas e ocupam lugar relevante na filosofia, na teologia e, posteriormente, nas ciências naturais. Embora esses campos operem com objetos e métodos distintos, todos se deparam, sob

perspectivas próprias, com questões relacionadas à existência, à causalidade, à contingência, à ordem e à inteligibilidade da realidade.

Na tradição filosófica cristã, a compreensão do universo como criação foi acompanhada por reflexões racionais sobre sua dependência ontológica. Agostinho relacionou a criação à própria origem da temporalidade, argumentando que não haveria um tempo independente anterior ao ato criador, pois o próprio tempo pertence à ordem criada (Agostinho, 1887, Confissões, XI, 11-13). Tomás de Aquino sistematizou argumentos relacionados à causalidade, à contingência e à finalidade, sustentando a possibilidade de investigar racionalmente uma causa primeira a partir de efeitos conhecidos na realidade (Tomás de Aquino, 1920, I, q. 2, a. 2-3). Leibniz, por sua vez, formulou o princípio da razão suficiente e o aplicou à existência da realidade contingente, retomando a questão de por que existe algo em vez de nada (Leibniz, 1898, §§ 31-38; Leibniz, 1998, §§ 7-8).

Essas formulações mostram que a proposição de um Criador não se desenvolveu historicamente apenas como afirmação confessional, mas também como objeto de investigação filosófica. Isso não significa, contudo, que argumentos acerca de uma causa primeira, de um ser necessário ou de uma razão suficiente estabeleçam, por si mesmos, as características particulares de determinada doutrina bíblica da criação. É necessário distinguir, portanto, a argumentação filosófica acerca da racionalidade do teísmo das afirmações específicas que decorrem da interpretação das Escrituras sobre a natureza e a temporalidade do ato criador.

Essa distinção permanece relevante na filosofia contemporânea da religião. Plantinga (2011) questiona a existência de um conflito necessário entre ciência moderna e crença teísta, diferenciando tensões entre determinadas afirmações científicas e religiosas de um conflito epistemologicamente mais profundo entre naturalismo e ciência. O autor também identifica uma concordância relevante entre o teísmo cristão e pressupostos historicamente associados ao desenvolvimento da investigação científica (Plantinga, 2011, p. ix-xvi). Ao examinar a relação entre evolução e crença cristã, argumenta ainda que a teoria científica da evolução não contém, por si mesma, a proposição metafísica de que o processo evolutivo seja absolutamente não dirigido ou independente de qualquer ação divina; essa conclusão dependeria de sua associação a premissas naturalistas adicionais (Plantinga, 2011, p. 31-63).

A questão exige distinguir naturalismo metodológico e naturalismo metafísico. O primeiro refere-se, em sentido geral, à investigação dos fenômenos naturais por meio de causas, regularidades e processos naturais; o segundo corresponde à posição ontológica segundo a qual a realidade natural constitui tudo o que existe. A adoção de procedimentos metodologicamente naturalistas na investigação científica não implica, por inferência lógica imediata, a verdade do naturalismo metafísico. A passagem de um procedimento metodológico para uma afirmação acerca da totalidade da realidade requer justificativa filosófica adicional.

A relação entre evidência científica e interpretação filosófica também aparece no debate contemporâneo sobre o ajuste fino cosmológico. Plantinga (2011, p. 192-224) considera se determinadas características do universo podem integrar argumentos teístas, enquanto Manson (2009, p. 271-286) destaca questões

probabilísticas e alternativas explicativas envolvidas nessa argumentação, incluindo hipóteses de múltiplos universos. Monton (2006, p. 405-424), por sua vez, apresenta objeções à inferência de que o ajuste fino necessariamente aumente a probabilidade do teísmo. Essas divergências mostram que características observáveis da natureza não devem ser tratadas automaticamente como “provas científicas” da existência de Deus: os mesmos dados podem integrar argumentos filosóficos distintos, cuja força depende das premissas adotadas e das alternativas explicativas consideradas.

Essa cautela é particularmente relevante para a análise do criacionismo bíblico. A proposição filosófica da existência de um Criador é mais ampla do que a afirmação de que sua atividade ocorreu conforme determinada interpretação de Gênesis 1-11. Argumentos relacionados à causalidade, à contingência, à inteligibilidade ou ao ajuste fino podem integrar a discussão sobre a racionalidade do teísmo, mas não estabelecem isoladamente uma criação em seis dias, a historicidade de Adão e Eva, a relação entre criação e sábado ou a ocorrência do Dilúvio descrito em Gênesis. Tais afirmações dependem também de investigação exegética e hermenêutica.

Davidson (2003, p. 4-43), ao analisar o relato bíblico das origens, examina Gênesis 1-2 considerando a autoria divina da criação, a natureza do ato criador, a estrutura do relato e sua temporalidade. Em sua abordagem, a compreensão dessas questões deve decorrer da estrutura literária do texto e de suas relações internas e canônicas, evitando a simples imposição de modelos externos à narrativa.

No conjunto das Escrituras, o tema da criação relaciona-se ainda à identidade humana, à responsabilidade moral, ao pecado, ao sábado, à redenção e à restauração. O decálogo fundamenta o mandamento do sábado na atividade criadora de Deus, relacionando seis dias de trabalho aos seis dias nos quais Deus fez “os céus e a terra, o mar e tudo o que neles há”, seguidos pelo descanso no sétimo dia (Êxodo 20,8-11). No Novo Testamento, a criação é relacionada a Cristo (João 1,1-3; Colossenses 1,15-17), e Hebreus associa a compreensão da origem do universo à fé em sua criação pela palavra de Deus (Hebreus 11,3).

Essa articulação possui importância particular para a teologia da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Sua formulação oficial sobre a criação afirma que Deus revelou nas Escrituras um relato histórico de sua atividade criadora e relaciona uma criação recente, realizada em seis dias literais, ao sábado e à criação do ser humano à imagem de Deus (Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2015, crença fundamental 6). Em declaração aprovada em 2010, a denominação reafirma a historicidade de Gênesis 1-11, uma semana literal de criação e a natureza global do Dilúvio, ao mesmo tempo que reconhece que o texto bíblico não responde a todas as questões formuladas acerca das origens (Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2010).

O reconhecimento desses limites é epistemologicamente relevante. A aceitação da narrativa bíblica como revelação não elimina questões abertas à investigação, assim como os dados empíricos não determinam, independentemente de pressupostos interpretativos, todas as conclusões metafísicas possíveis. No âmbito acadêmico adventista, Canale (2003a, p. 65-100) contribui para esse debate ao deslocar a controvérsia entre criação e evolução do simples confronto entre conclusões para a análise dos processos

epistemológicos e metodológicos pelos quais essas conclusões são construídas. Sua abordagem destaca as relações entre dados, conceitos, métodos e pressupostos interpretativos e, posteriormente, aplica essa análise à construção da teoria evolutiva (Canale, 2003a, p. 65-71; Canale, 2003b, p. 165-185).

Sob essa perspectiva, reduzir o debate a uma oposição entre Bíblia e ciência é tão inadequado quanto apresentar dados científicos específicos como demonstração empírica isolada do relato bíblico. As ciências naturais investigam fenômenos segundo métodos adequados aos seus objetos; a filosofia examina fundamentos, pressupostos, alcance e coerência das explicações; e a teologia bíblica investiga proposições, estruturas e relações presentes no texto considerado revelacional. Essas distinções não exigem o isolamento entre os campos, mas estabelecem condições para um diálogo interdisciplinar que preserve suas respectivas competências e limitações.

Tal abordagem permite evitar tanto o cientificismo, entendido como a transformação da ciência natural em critério exclusivo de todo conhecimento racional, quanto o emprego da ciência como mero instrumento de comprovação de proposições teológicas. A questão relevante passa a ser como diferentes pressupostos, métodos e formas de argumentação participam da construção das explicações sobre as origens e em que medida podem ser articulados sem confundir evidência empírica, inferência filosófica e afirmação revelacional.

Embora a literatura apresente contribuições importantes nos campos da filosofia da religião, da epistemologia, da filosofia da ciência e da interpretação teológico-bíblica das origens, este estudo

busca examinar sua articulação na análise da racionalidade do criacionismo bíblico, particularmente em sua formulação adventista.

Diante desse problema, pergunta-se: quais contribuições da filosofia da religião, da epistemologia, da filosofia da ciência e da literatura teológico-bíblica são relevantes para a análise da racionalidade da compreensão criacionista bíblica assumida pela Igreja Adventista do Sétimo Dia?

O objetivo geral deste estudo é analisar, por meio de revisão da literatura, contribuições filosóficas, epistemológicas e teológico-bíblicas relacionadas à racionalidade do criacionismo bíblico, considerando particularmente sua formulação na cosmovisão adventista. Especificamente, pretende-se examinar argumentos filosóficos relacionados à existência de um Criador, à causalidade, à contingência e à inteligibilidade do universo; discutir relações e distinções entre ciência, naturalismo metodológico e naturalismo metafísico; analisar fundamentos hermenêuticos empregados na interpretação das narrativas bíblicas das origens; e identificar de que modo esses diferentes campos podem ser articulados sem confundir argumentação filosófica, evidência científica e afirmação revelacional.

Parte-se da proposição teórica de que a racionalidade do criacionismo bíblico pode ser examinada com maior precisão quando se distinguem diferentes níveis epistemológicos: a filosofia, ao investigar questões relacionadas à existência, à causalidade, à contingência e à inteligibilidade da realidade; a epistemologia e a filosofia da ciência, ao examinarem métodos, pressupostos e limites das explicações científicas; a hermenêutica, ao analisar as afirmações específicas da revelação bíblica acerca da identidade do

Criador e da natureza de sua atividade; e a reflexão teológico-sistemática, ao articular essas afirmações em uma cosmovisão integrada.

A relevância do estudo reside na possibilidade de contribuir para uma compreensão academicamente mais rigorosa das relações entre filosofia, ciência e criacionismo bíblico. Em vez de pressupor uma oposição necessária entre racionalidade científica e crença religiosa ou de utilizar a ciência como instrumento apologético, propõe-se examinar criticamente os fundamentos epistemológicos envolvidos no debate, considerando argumentos favoráveis e objeções e distinguindo aquilo que pode ser sustentado filosoficamente, aquilo que pertence à investigação empírica e aquilo que depende especificamente da revelação e de sua interpretação.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa, de natureza teórico-bibliográfica e caráter exploratório-analítico, desenvolvida mediante revisão da literatura. A adoção desse delineamento decorreu da natureza interdisciplinar do problema, situado na interface entre filosofia da religião, metafísica, epistemologia, filosofia da ciência, estudos bíblicos e teologia. A revisão reuniu fontes de diferentes naturezas, entre elas artigos científicos, livros e capítulos acadêmicos, estudos teórico-conceituais, fontes filosóficas primárias e documentos confessionais.

Em razão dessa heterogeneidade documental, as fontes não foram tratadas como evidências equivalentes nem submetidas indistintamente aos mesmos critérios epistemológicos. Os

documentos oficiais da Igreja Adventista do Sétimo Dia foram empregados como fontes primárias para delimitar a posição teológica investigada, e não como evidência independente de sua validade. Trabalhos de autores vinculados à tradição adventista, por sua vez, foram analisados criticamente segundo os mesmos princípios aplicados às demais produções acadêmicas.

A revisão foi orientada pela seguinte questão: quais contribuições da filosofia da religião, da epistemologia, da filosofia da ciência e da literatura teológico-bíblica são relevantes para a análise da racionalidade da compreensão criacionista bíblica assumida pela Igreja Adventista do Sétimo Dia?

A investigação foi organizada em quatro eixos temáticos: (a) fundamentos filosóficos da crença em um Criador; (b) epistemologia, naturalismo e limites da explicação científica; (c) interpretação bíblico-teológica das narrativas das origens; e (d) formulação adventista da doutrina da criação e sua articulação com a cosmovisão cristã.

2.1. Estratégia de Busca e Seleção da Literatura

A condução da revisão tomou como referência as etapas propostas por Whittemore e Knafl (2005, p. 548-552): identificação do problema, busca da literatura, avaliação dos dados, análise e apresentação dos resultados. Essas etapas foram adaptadas à natureza filosófico-teológica e à heterogeneidade documental da investigação

A busca da literatura foi realizada em mecanismos acadêmicos, plataformas de editoras científicas e repositórios institucionais, incluindo *Oxford Academic*, *Cambridge Core*, *SpringerLink*, *Wiley*

Online Library, Taylor & Francis Online e o repositório acadêmico da Andrews University, especialmente o Digital Commons, o Andrews University Seminary Studies e o Journal of the Adventist Theological Society. Sempre que disponível, priorizou-se o acesso ao texto integral da publicação original por meio do periódico, da editora ou do repositório institucional.

Foram empregados, isoladamente ou em combinação, descritores em português e inglês relacionados aos quatro eixos do estudo, entre os quais: creation, creationism, philosophy of religion, cosmological argument, contingency, causality, theism, fine-tuning, methodological naturalism, metaphysical naturalism, science and religion, scientism, divine action, Genesis 1–11, biblical creation, creation days, historical Genesis, Genesis Flood, Seventh-day Adventist, Adventist theology e faith and science.

Para a literatura contemporânea, priorizaram-se trabalhos publicados entre 2000 e 2026, sem exclusão de estudos anteriores considerados fundamentais ou recorrentes na literatura examinada. Não foi estabelecido limite cronológico para as fontes filosóficas clássicas, em razão da relevância de autores como Agostinho de Hipona, Tomás de Aquino e Gottfried Wilhelm Leibniz para a reconstrução histórica e conceitual dos argumentos analisados.

Foram considerados elegíveis trabalhos diretamente relacionados a pelo menos um dos seguintes temas: argumentos filosóficos acerca da existência de Deus, causalidade, contingência e razão suficiente; relações entre ciência, teísmo e naturalismo; naturalismo metodológico e metafísico; ajuste fino e design; interpretação exegética e teológica de Gênesis 1–11; natureza dos dias da criação e

Dilúvio; e compreensão acadêmica da posição adventista acerca das origens.

Foram excluídos materiais meramente devocionais, publicações populares sem fundamentação acadêmica suficiente, textos sem autoria identificável, páginas predominantemente opinativas e trabalhos cuja relação com o problema de pesquisa fosse apenas periférica. A posição religiosa ou filosófica dos autores não constituiu critério de inclusão ou exclusão.

A seleção buscou evitar um corpus exclusivamente confirmatório. Por essa razão, foram incluídos trabalhos que apresentam objeções ou interpretações alternativas aos argumentos teístas e criacionistas examinados, como ocorre no debate sobre o ajuste fino (Manson, 2009, p. 271-286; Monton, 2006, p. 405-424). O mesmo princípio orientou as discussões relacionadas ao naturalismo, à ciência e à interpretação bíblica.

2.2. Organização e Análise do Corpus

O levantamento inicial resultou em 40 referências. Após a aplicação dos critérios de elegibilidade e a avaliação de sua relação com a questão de pesquisa, 25 fontes compuseram o corpus analisado.

As fontes selecionadas foram organizadas em uma matriz bibliográfica contendo referência, tipo de publicação, eixo temático, argumento principal, posição do autor, contribuição para o estudo, possíveis objeções, DOI ou endereço eletrônico e páginas ou localizadores relevantes.

Para as fontes prioritárias, os argumentos foram conferidos diretamente nos textos integrais sempre que estes estavam

disponíveis. Registraram-se a proposição atribuída ao autor, seu contexto argumentativo e a página, o capítulo, a seção ou outro localizador correspondente. Tal procedimento teve por finalidade reduzir o risco de atribuir aos autores conclusões mais amplas do que aquelas efetivamente sustentadas em suas obras.

O corpus foi submetido à análise temática e filosófico-conceitual, mediante redução, comparação, organização e síntese das informações, em consonância com os princípios gerais da revisão (Whittemore; Knafl, 2005, p. 550-552). Diante da heterogeneidade das fontes, a análise concentrou-se na identificação de argumentos, pressupostos, relações conceituais, implicações e objeções, e não na frequência quantitativa de categorias.

Para orientar a síntese interpretativa, os conteúdos foram examinados em quatro níveis epistemológicos. O nível metafísico-filosófico compreendeu argumentos relacionados à causalidade, contingência, razão suficiente e fundamento transcendente. O nível epistemológico-científico reuniu discussões sobre métodos e limites das ciências naturais e sobre as relações entre naturalismo e teísmo. O nível revelacional-hermenêutico abrangeu a interpretação das afirmações bíblicas acerca das origens. Por fim, o nível teológico-sistemático contemplou a articulação dessas afirmações na cosmovisão adventista.

Os quatro níveis funcionaram como categorias analíticas, enquanto os eixos anteriormente apresentados orientaram a delimitação temática do corpus. Essa distinção permitiu preservar as especificidades epistemológicas das fontes e reduzir extrapolações entre campos distintos. Assim, a plausibilidade filosófica da existência de um Criador não foi tratada como demonstração da

duração da semana da criação; uma interpretação exegética de Gênesis não foi apresentada como resultado experimental; e o naturalismo metodológico empregado nas ciências não foi considerado automaticamente equivalente ao naturalismo metafísico.

2.3. Rigor Metodológico e Tratamento das Fontes

Como procedimentos de rigor, privilegiaram-se fontes primárias e publicações acadêmicas e, sempre que possível, realizou-se a conferência direta das proposições utilizadas. Para obras clássicas cuja paginação varia entre edições, foram empregados localizadores canônicos: livro e capítulo em Agostinho; parte, questão e artigo em Tomás de Aquino; e parágrafos numerados em Leibniz.

Nas publicações contemporâneas, foram identificadas as páginas específicas em que os argumentos analisados são desenvolvidos. Embora a indicação de página não seja obrigatória em todas as citações indiretas no sistema autor-data, optou-se por utilizá-la quando a paráfrase estivesse relacionada a uma proposição específica, com o objetivo de aumentar a rastreabilidade da interpretação.

Outro princípio de análise consistiu na distinção entre dados, interpretações e pressupostos. Dados correspondem aos elementos diretamente examinados em determinado campo; interpretações, às explicações formuladas a partir desses elementos; e pressupostos, às concepções filosóficas, epistemológicas ou teológicas envolvidas no processo interpretativo. Essa distinção, relacionada à discussão metodológica de Canale (2003a, p. 65-71), foi utilizada criticamente,

sem que sua proposta fosse assumida como descrição consensual da filosofia da ciência.

As implicações confessionais do objeto exigiram atenção específica ao risco de viés de confirmação. Para reduzi-lo, incorporaram-se posições divergentes e interpretações alternativas, e fontes adventistas e não adventistas foram submetidas aos mesmos princípios de análise argumentativa. Os documentos confessionais serviram à caracterização da doutrina investigada; sua sustentação filosófica, epistemológica ou hermenêutica, contudo, foi examinada por meio de argumentação específica.

2.4. Limitações Metodológicas

O delineamento apresenta limitações decorrentes da natureza interdisciplinar e heterogênea do corpus. Argumentos metafísicos, estudos exegéticos, análises epistemológicas e investigações científicas operam segundo métodos e critérios próprios e, por isso, não podem ser tratados como evidências homogêneas.

A investigação também não constitui uma revisão sistemática exaustiva de toda a literatura sobre criação, evolução, ciência e religião. Trata-se de revisão de caráter teórico-conceitual, orientada pela questão de pesquisa e pelos critérios de seleção estabelecidos. Seus resultados devem, portanto, ser compreendidos como síntese crítica do corpus selecionado, e não como levantamento exaustivo de todas as posições existentes sobre o tema.

Por fim, o estudo não pressupõe que filosofia, ciência e teologia respondam às mesmas questões ou adotem os mesmos critérios de validação. A revisão não busca demonstrar cientificamente a narrativa bíblica nem utilizar argumentos filosóficos como prova de

todas as particularidades da doutrina adventista. Seu propósito é examinar em que medida os diferentes campos fornecem elementos para analisar a racionalidade filosófica, os pressupostos epistemológicos, a fundamentação hermenêutica e a coerência teológica do criacionismo bíblico.

3. O PROBLEMA DA CRIAÇÃO NA TRADIÇÃO FILOSÓFICA CRISTÃ

A compreensão cristã da criação não se desenvolveu exclusivamente como interpretação de uma narrativa acerca das origens. Desde os primeiros séculos do cristianismo, a afirmação bíblica de que o universo depende da ação criadora divina suscitou questões filosóficas relativas à existência, à causalidade, à contingência e ao fundamento da realidade. Perguntar se o universo possui em si mesmo a razão de sua existência, se uma cadeia causal demanda fundamento último ou se a ordem da natureza admite uma explicação que transcenda a própria natureza tornou-se parte da construção de uma metafísica cristã da criação.

Essa investigação exige uma distinção fundamental. A filosofia pode examinar racionalmente a existência de Deus, a causalidade, a contingência e a dependência ontológica do universo, mas suas conclusões não estabelecem, por si mesmas, todas as particularidades do relato bíblico das origens. A argumentação em favor de uma causa primeira ou de um ser necessário, por exemplo, não equivale à demonstração filosófica de uma criação realizada em seis dias. Tomás de Aquino expressa essa diferença ao sustentar que determinadas verdades acerca da existência de Deus podem ser alcançadas pela razão natural e funcionam como preâmbulos da fé (Tomás de Aquino, 1920, I, q. 2, a. 2).

É sob essa delimitação que serão examinadas as contribuições de Agostinho de Hipona, Tomás de Aquino e Gottfried Wilhelm Leibniz. Embora pertençam a contextos históricos e sistemas filosóficos distintos, esses autores desenvolveram conceitos relevantes para a reflexão cristã sobre criação, entre eles dependência ontológica, criação *ex nihilo*, causalidade, contingência, necessidade, finalidade e razão suficiente.

3.1. Agostinho: Criação, Temporalidade e Dependência Ontológica

Agostinho de Hipona ocupa posição relevante na história da reflexão cristã sobre a criação por desenvolver sua investigação no encontro entre a narrativa bíblica e categorias oriundas da filosofia antiga. Em obras como Confissões, A Cidade de Deus e *De Genesi ad Litteram*, procura compreender as implicações da afirmação bíblica de que Deus criou o mundo.

Nas Confissões, ao refletir sobre Gênesis, Agostinho argumenta que céu e terra não podem ser causa de si mesmos. Sua mutabilidade expressaria uma condição distinta da imutabilidade atribuída ao Criador, de modo que a realidade criada não conteria em si mesma a explicação última de sua existência (Agostinho, 1887, XI, 4). A distinção torna-se mais explícita quando questiona de onde procederia a matéria utilizada por Deus caso esta não tivesse igualmente recebido dele sua existência (Agostinho, 1887, XI, 5). Nesse contexto, afirma: “Portanto, tu falaste, e as coisas foram feitas; e em tua Palavra as fizeste” (Agostinho, 1887, XI, 5, tradução nossa).

A formulação diferencia a atividade criadora divina da produção humana. Enquanto o artesão transforma materiais existentes, Deus não dependeria de uma matéria independente e coeterna. Mesmo

aquilo que o artesão utiliza somente existe, em última instância, por depender do Criador (Agostinho, 1887, XI, 5). A criação assume, assim, sentido ontológico mais abrangente do que a simples organização de uma realidade previamente existente: não apenas a forma do universo, mas sua própria existência depende de Deus.

A consequência filosófica dessa concepção é relevante. Explicar processos que ocorrem no interior do universo não equivale necessariamente a explicar por que existe o próprio universo. Causas naturais podem esclarecer as relações entre fenômenos sem eliminar a questão ontológica acerca da existência da totalidade da realidade contingente.

Outra contribuição de Agostinho no Livro XI das Confissões diz respeito à relação entre criação e temporalidade. Ao examinar o que Deus fazia “antes” de criar o mundo, o filósofo identifica uma dificuldade conceitual, uma vez que a noção de “antes” pressupõe tempo. Para Agostinho, porém, não existiria uma temporalidade independente no interior da qual Deus posteriormente decidisse criar; o próprio tempo pertence à ordem criada (Agostinho, 1887, XI, 13).

A mesma questão é examinada em *A Cidade de Deus*, onde mundo e tempo são relacionados em sua origem, pois, antes de uma realidade mutável, não haveria a sucessão pela qual o tempo é medido (Agostinho, 1887, XI, 4-6). Nas Confissões, o argumento aparece de maneira direta: “Não havia tempo antes que fizesses os tempos” (Agostinho, 1887, XI, 13, tradução nossa).

A reflexão distingue anterioridade temporal de dependência ontológica. Dizer que Deus é Criador não significa situá-lo como

acontecimento cronologicamente anterior ao universo dentro de uma mesma linha temporal. Se o tempo integra a criação, Deus é concebido como fundamento de uma realidade cuja própria temporalidade depende do ato criador (Agostinho, 1887, XI, 11-13).

Essa compreensão também impõe um limite interpretativo. Agostinho não deve ser apresentado retrospectivamente como defensor da compreensão adventista contemporânea da semana da criação. Em *A Cidade de Deus*, reconhece a dificuldade de determinar a natureza dos dias descritos em Gênesis (Agostinho, 1887, XI, 6). Sua contribuição para este estudo situa-se, portanto, na metafísica da criação, na distinção Criador-criatura e na relação entre criação e temporalidade, e não na defesa histórica direta de uma interpretação específica dos seis dias.

3.2. Tomás de Aquino: Causalidade, Contingência e Fundamento do Ser

Tomás de Aquino oferece uma das formulações sistemáticas da relação entre razão natural, causalidade, contingência e existência de Deus na tradição filosófica cristã. Sua abordagem também permite distinguir a investigação racional sobre a existência de Deus das características específicas da criação conhecidas, segundo a teologia cristã, mediante a revelação.

Na *Summa Theologiae*, Aquino sustenta que a existência de Deus, embora não seja imediatamente evidente ao ser humano, pode ser investigada a partir de seus efeitos. Distingue a demonstração que procede da causa daquela que parte dos efeitos e considera possível avançar das realidades conhecidas para a investigação de sua causa (Tomás de Aquino, 1920, I, q. 2, a. 2). É nesse contexto que afirma que

as verdades sobre a existência de Deus acessíveis à razão natural “não são artigos de fé, mas preâmbulos aos artigos de fé” (Tomás de Aquino, 1920, I, q. 2, a. 2, tradução nossa).

Na questão 2, artigo 3, da primeira parte da *Summa Theologiae*, Aquino apresenta as cinco vias. Para o problema da criação, interessam especialmente a segunda, referente à causalidade eficiente; a terceira, relacionada à contingência e à necessidade; e a quinta, vinculada à ordem e à finalidade (Tomás de Aquino, 1920, I, q. 2, a. 3).

Na segunda via, Aquino parte de uma ordem de causas eficientes e rejeita a possibilidade de algo ser causa eficiente de si mesmo, pois isso exigiria que fosse anterior a si próprio sob o mesmo aspecto. O argumento conduz à afirmação de uma causa primeira que não receba sua causalidade da maneira pela qual a recebem os seres dependentes (Tomás de Aquino, 1920, I, q. 2, a. 3).

Por isso, a formulação tomista não parte da premissa simplificada de que “tudo possui uma causa”. Seu objeto é uma ordem de causalidade dependente. A objeção popular que pergunta quem teria causado Deus não corresponde diretamente à estrutura original do argumento, na qual Deus é postulado como causa primeira não derivada, e não como mais um membro da série causal. Aquino conclui a segunda via com a afirmação de uma primeira causa eficiente, “à qual todos dão o nome de Deus” (Tomás de Aquino, 1920, I, q. 2, a. 3, tradução nossa).

A terceira via desenvolve o problema da contingência. Aquino observa que existem seres que podem existir ou deixar de existir e, portanto, não possuem em si mesmos necessidade absoluta. A

partir dessa constatação, argumenta em favor de uma realidade cuja existência não seja recebida de outra da mesma maneira que ocorre com os seres contingentes (Tomás de Aquino, 1920, I, q. 2, a. 3). Nessa perspectiva, explicar como determinado estado físico procede de outro não é conceitualmente idêntico a explicar por que existe uma realidade contingente capaz de apresentar tais estados.

A quinta via dirige-se à ordem e à finalidade. Aquino observa que entidades naturais desprovidas de inteligência operam regularmente de maneiras determinadas e interpreta essa orientação como indicativa de uma ordenação que remete, em última instância, a uma inteligência (Tomás de Aquino, 1920, I, q. 2, a. 3). O argumento não deve ser simplesmente identificado com versões modernas do design baseadas em estruturas biológicas particulares, pois se desenvolve como reflexão metafísica mais abrangente sobre regularidade e finalidade na natureza.

Também merece destaque a resposta de Aquino à objeção de que os fenômenos poderiam ser explicados pela própria natureza, tornando Deus desnecessário. O filósofo não rejeita as causas naturais. Sustenta, antes, que aquilo que ocorre mediante causas próprias da natureza pode, em outro nível explicativo, relacionar-se a uma causa primeira (Tomás de Aquino, 1920, I, q. 2, a. 3, ad 2). Assim, a descoberta de uma causa natural não substituiria necessariamente a questão metafísica acerca do fundamento da própria ordem natural.

A doutrina da criação é desenvolvida de maneira ainda mais explícita na *Summa Theologiae*, I, questão 45. No artigo 1, Aquino distingue a produção de um ser particular a partir de outro da “emanação de todo o ser a partir da causa universal”, que identifica

como criação (Tomás de Aquino, 1920, I, q. 45, a. 1). Criar, nessa estrutura, não significa reorganizar matéria independente de Deus, mas produzir a totalidade do ser sem pressupor realidade material anterior: “criar é fazer algo do nada” (Tomás de Aquino, 1920, I, q. 45, a. 1, tradução nossa).

No artigo seguinte, argumenta que, se Deus agisse apenas sobre algo previamente existente, essa realidade anterior não teria recebido dele seu ser. Concebido como causa universal de todo ser, Deus é apresentado como fundamento da existência sem pressuposição de matéria independente (Tomás de Aquino, 1920, I, q. 45, a. 2).

Essa formulação oferece um fundamento filosófico para a doutrina cristã da criação *ex nihilo*. Seu alcance, entretanto, deve permanecer delimitado. Os argumentos de Aquino não estabelecem filosoficamente a idade da Terra, a duração dos dias de Gênesis ou a historicidade do Dilúvio. Sua contribuição encontra-se na formulação argumentativa da crença em um Criador como proposição metafísica, sem depender de lacunas existentes nas explicações científicas.

3.3. Leibniz e o Princípio da Razão Suficiente

Gottfried Wilhelm Leibniz desenvolve outro elemento fundamental para o problema filosófico da criação: o princípio da razão suficiente. Na *Monadologia*, apresenta-o ao lado do princípio da não contradição e sustenta que nenhum fato pode ser real ou existente, nem nenhuma proposição verdadeira, sem que haja razão suficiente para que seja assim e não de outro modo, ainda que essa razão possa não ser conhecida (Leibniz, 1898, §§ 31-32).

O filósofo distingue, em seguida, verdades necessárias e contingentes. Nas primeiras, o contrário é impossível; nas segundas, aquilo que ocorre poderia ser diferente (Leibniz, 1898, § 33). Essa distinção fundamenta sua argumentação cosmológica: a razão suficiente das verdades contingentes não poderia resultar apenas de uma regressão indefinida de outros fatos igualmente contingentes. Acrescentar novos elementos à série não eliminaria, segundo Leibniz, a necessidade de explicar a própria série. Sua razão última deveria, portanto, situar-se em uma substância necessária (Leibniz, 1898, §§ 36-38).

No § 38 da *Monadologia*, Leibniz identifica essa substância necessária com Deus (Leibniz, 1898, § 38). A formulação aparece de maneira conhecida nos Princípios da Natureza e da Graça Fundados na Razão, quando pergunta: “Por que há alguma coisa em vez do nada?” (Leibniz, 1998, § 7).

A questão não diz respeito simplesmente ao estado físico que precedeu outro, mas à existência da própria totalidade. Leibniz acrescenta que, mesmo admitindo a existência das coisas, ainda se pode perguntar por que existem desta maneira e não de outra (Leibniz, 1998, § 7). No parágrafo seguinte, sustenta que a razão suficiente do universo não pode ser encontrada exclusivamente na sucessão de coisas contingentes. Um estado anterior pode explicar causalmente um estado posterior, mas a questão se reapresenta em relação ao estado anterior; prolongar a série não explicaria, por si só, a existência da própria série (Leibniz, 1998, § 8).

A contribuição desse argumento está em mostrar que o problema filosófico da criação não depende exclusivamente da demonstração de um primeiro instante temporal. Mesmo que uma realidade física

fosse concebida hipoteticamente como temporalmente indefinida, ainda seria possível perguntar pela razão de sua existência. Origem temporal e dependência ontológica não são, portanto, conceitos idênticos.

O princípio da razão suficiente, contudo, é filosoficamente discutível e sua aplicação irrestrita não pode ser simplesmente pressuposta. Mesmo que o argumento conduza a um fundamento necessário, seriam requeridas etapas adicionais para estabelecer suas propriedades e, especialmente, identificá-lo com o Deus pessoal apresentado nas Escrituras. O próprio Leibniz reconhece diferenças entre aquilo que a razão pode investigar e conteúdos relacionados à revelação (Leibniz, 1998, § 16). Sua contribuição, no âmbito deste estudo, encontra-se na possibilidade de formular racionalmente a questão do fundamento da realidade contingente.

3.4. Da Causa Primeira Ao Deus da Revelação: Alcance e Limites da Teologia Natural

As contribuições de Agostinho, Aquino e Leibniz permitem reconhecer um núcleo filosófico relevante para a compreensão cristã da criação. A realidade pode ser concebida como ontologicamente dependente; a contingência suscita a questão de seu fundamento; explicações naturais podem descrever estados e processos sem necessariamente esgotar a pergunta pela existência da totalidade; e a ordem da natureza pode ser submetida à investigação filosófica (Agostinho, 1887, XI, 4-5; Tomás de Aquino, 1920, I, q. 2, a. 3; Leibniz, 1898, §§ 32-38).

Essas conclusões não devem ser ampliadas para além de seu alcance. Há diferença epistemológica entre argumentar em favor de

um fundamento transcendente e atribuir a esse fundamento todas as características do Deus apresentado na narrativa bíblica. Aquino reconhece que os efeitos conhecidos não fornecem conhecimento perfeito da essência divina (Tomás de Aquino, 1920, I, q. 2, a. 2). Desse modo, passar da investigação de uma causa primeira para afirmações detalhadas acerca de seu caráter e de sua atuação na história requer premissas adicionais.

Um argumento cosmológico pode conduzir à discussão de uma causa primeira; um argumento de contingência, a um ser necessário; um argumento teleológico, à investigação de inteligência ou finalidade; e o princípio da razão suficiente, à busca de um fundamento não contingente. Nenhum deles, isoladamente, determina uma semana de seis dias, a criação histórica de Adão e Eva, a instituição do sábado ou o Dilúvio.

É nesse limite que se situa a teologia natural. Sua função não consiste em substituir a revelação, mas em examinar aquilo que a razão pode argumentar acerca de Deus e da realidade. A filosofia investiga a racionalidade de um fundamento transcendente; a revelação apresenta afirmações específicas acerca da identidade e da ação do Criador; a hermenêutica analisa o significado dessas afirmações; e a teologia procura sistematizar suas relações.

Tal estrutura também evita o chamado “Deus das lacunas”, no qual a ação divina é invocada para preencher aquilo que ainda não possui explicação natural. A metafísica clássica da criação opera de modo diferente: em Aquino, causas naturais e causalidade primeira pertencem a níveis explicativos distintos (Tomás de Aquino, 1920, I, q. 2, a. 3, ad 2). Deus não funciona como hipótese provisória para

mecanismos desconhecidos, mas como fundamento da existência de uma realidade na qual causas naturais podem operar.

3.5. Criação, Contingência e Inteligibilidade

Três conceitos sintetizam a contribuição da tradição examinada: contingência, dependência e inteligibilidade. Em Leibniz, as verdades de fato são contingentes porque seu contrário permanece possível, diferentemente das verdades necessárias (Leibniz, 1898, § 33). Em Aquino, a distinção entre aquilo que pode ser e não ser e aquilo cuja necessidade não depende de outro desempenha função semelhante na terceira via (Tomás de Aquino, 1920, I, q. 2, a. 3).

A dependência ocupa posição central na concepção cristã da criação. Para Agostinho, a mutabilidade da realidade criada e sua incapacidade de produzir a si mesma apontam para sua dependência do Criador (Agostinho, 1887, XI, 4-5). Aquino sistematiza essa ideia ao compreender criação como produção da totalidade do ser a partir da causa universal, sem pressuposição de matéria independente (Tomás de Aquino, 1920, I, q. 45, a. 1-2).

A inteligibilidade refere-se à possibilidade de reconhecer regularidades, relações e estruturas racionais na natureza. Aquino interpreta a regularidade dos processos naturais como filosoficamente significativa na quinta via (Tomás de Aquino, 1920, I, q. 2, a. 3), enquanto Leibniz compreende o universo por meio de princípios de razão, ordem e harmonia (Leibniz, 1998, §§ 7-13).

Nenhum desses elementos demonstra automaticamente o criacionismo bíblico. Eles permitem, porém, que a criação seja discutida em um espaço argumentativo filosófico. Explicações científicas podem investigar mecanismos, relações causais e

regularidades observáveis, enquanto a metafísica formula questões acerca da existência e do fundamento da realidade na qual tais mecanismos operam.

3.6. Implicações para a Compreensão do Criacionismo Bíblico

A tradição examinada permite estabelecer uma primeira conclusão: a crença em um Criador pode ser situada em uma tradição filosófica que procura responder a problemas de existência, causalidade, contingência e inteligibilidade (Agostinho, 1887, XI, 4-13; Tomás de Aquino, 1920, I, q. 2, a. 2-3; Leibniz, 1898, §§ 31-38).

Isso não significa considerar incontroversos os argumentos clássicos. Eles foram submetidos a numerosas objeções ao longo da história da filosofia e permanecem discutidos. Para este estudo, sua importância consiste em mostrar que a proposição teísta integra uma tradição racional de argumentação, e não em tratá-los como demonstrações universalmente aceitas.

Tampouco esses autores constituem autoridades diretas para a totalidade das afirmações do criacionismo bíblico. Agostinho reconhece a dificuldade de interpretar a natureza dos dias da criação (Agostinho, 1887, A Cidade de Deus, XI, 6); Aquino não estabelece filosoficamente uma cronologia bíblica; e Leibniz não argumenta em favor de uma criação recente. Utilizá-los como sustentação direta dessas proposições produziria anacronismo e extrapolação das fontes.

Sua contribuição situa-se em um nível anterior: a formulação de uma metafísica na qual a realidade pode ser concebida como distinta de Deus, contingente ou dependente e, por isso, aberta à investigação racional de seu fundamento. A revelação bíblica

acrescenta conteúdos que a investigação filosófica isolada não poderia determinar, incluindo afirmações sobre a identidade do Criador, a natureza da criação, a humanidade, o sábado, a queda, a redenção e a restauração.

Essa delimitação conduz à filosofia contemporânea da religião. Se a tradição clássica examinou causalidade, contingência, criação *ex nihilo* e fundamento do ser, o debate contemporâneo pergunta se a crença teísta permanece racionalmente defensável diante do desenvolvimento das ciências modernas, se processos evolutivos são necessariamente incompatíveis com a ação divina e se o naturalismo constitui uma conclusão científica ou uma interpretação filosófica adicional.

4. RACIONALIDADE DO TEÍSMO NA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA

O desenvolvimento das ciências naturais modificou o contexto no qual os argumentos acerca da existência de Deus passaram a ser discutidos. Às questões clássicas sobre causalidade, contingência, necessidade e fundamento do ser acrescentou-se uma questão epistemológica: a crença teísta permanece racionalmente defensável diante do alcance das explicações científicas modernas?

O problema é particularmente relevante no debate sobre as origens. O êxito das ciências na descrição de processos físicos e biológicos pode ser interpretado como razão para considerar dispensáveis explicações teístas. Essa passagem, contudo, requer análise filosófica. Demonstrar a capacidade de um método científico para explicar mecanismos naturais não equivale, por si só, a estabelecer que a realidade natural constitui tudo o que existe. A primeira

proposição diz respeito ao alcance de um método; a segunda possui caráter ontológico.

Alvin Plantinga e Richard Swinburne representam estratégias distintas dentro da filosofia contemporânea da religião. Plantinga concentra parte de sua argumentação na racionalidade epistemológica da crença teísta e na relação entre ciência, religião e naturalismo. Swinburne desenvolve uma abordagem cumulativa e probabilística, avaliando se diferentes características da realidade podem contribuir para uma explicação teísta.

4.1. Plantinga e a Racionalidade da Crença em Deus

Plantinga ocupa posição relevante na filosofia analítica contemporânea da religião. No âmbito da denominada epistemologia reformada, questiona a exigência de que a crença em Deus somente possa ser considerada racional quando inferida de evidências proposicionais independentes e sustenta que determinadas crenças podem possuir legitimidade epistemológica sem funcionarem como conclusão de um argumento.

Essa perspectiva não elimina a importância dos argumentos em favor da existência de Deus, mas modifica a função epistemológica que lhes pode ser atribuída: argumentos cosmológicos, teleológicos ou relacionados à ordem da natureza podem oferecer apoio adicional à crença sem que toda a sua racionalidade dependa de uma demonstração filosófica incontestável.

Em *Where the Conflict Really Lies: Science, Religion, and Naturalism*, Plantinga formula a tese de que entre ciência e religião teísta haveria conflito superficial e concordância profunda, enquanto entre ciência e naturalismo haveria concordância superficial e conflito

profundo (Plantinga, 2011, p. ix-xvi). O autor não nega a existência de tensões pontuais entre afirmações religiosas e determinadas teorias científicas. Questiona, antes, a conclusão mais abrangente de que a ciência conduziria necessariamente à rejeição do teísmo. Explicações naturais podem ser cientificamente bem-sucedidas sem que daí resulte, por inferência imediata, a tese metafísica de que somente a natureza existe. A relação entre ciência, teísmo e naturalismo requer, portanto, análise filosófica dos pressupostos envolvidos.

4.2. Evolução e Crença Teísta

A distinção torna-se particularmente importante quando Plantinga examina evolução e crença cristã (Plantinga, 2011, p. 8-63). Seu argumento diferencia a afirmação de que determinados processos evolutivos ocorrem da proposição metafísica de que esses processos são absolutamente não dirigidos. Plantinga (2011, p. 31-63) sustenta que a teoria científica da evolução não contém, por si mesma, a afirmação de que Deus não poderia dirigir, sustentar ou agir providencialmente por meio dos processos descritos. Desse modo, ocorrência de processos naturais e ausência de qualquer intenção transcendente não devem ser tratadas como proposições equivalentes.

A contribuição para este estudo é delimitada: teoria evolutiva e naturalismo metafísico não são logicamente idênticos. A investigação científica pode examinar mecanismos evolutivos sem que, pelo mesmo procedimento, esteja decidido se Deus existe, se atua providencialmente ou se a natureza é ontologicamente autossuficiente (Plantinga, 2011, p. 31-63).

Podem-se distinguir, assim, três planos: a investigação científica dos processos naturais; a interpretação filosófica da realidade em que esses processos ocorrem; e a interpretação teológica acerca da maneira específica pela qual Deus teria realizado sua atividade criadora. A compatibilidade filosófica entre determinado mecanismo natural e ação divina não determina, por si mesma, quais processos ocorreram historicamente nem qual interpretação de Gênesis deve ser adotada.

4.3. Ciência e Ação Divina

A discussão contemporânea também envolve a possibilidade de ação divina em uma realidade descrita por leis naturais. Um dos problemas filosóficos associados a esse debate é a tese do fechamento causal do domínio físico, segundo a qual acontecimentos físicos possuem causas físicas suficientes. Plantinga (2011, p. 64-125) questiona se a impossibilidade de ação divina pode ser deduzida das próprias teorias científicas ou se depende de pressupostos filosóficos adicionais. Ao analisar a física clássica, argumenta que as leis newtonianas não estabelecem, por si mesmas, a impossibilidade de intervenção divina; uma conclusão desse tipo dependeria da inclusão de uma proposição adicional acerca do fechamento causal do universo (Plantinga, 2011, p. 64-90).

Ao examinar a física quântica, Plantinga adverte igualmente contra a transformação de uma teoria física em metafísica. Seu argumento não consiste em localizar a ação divina nas indeterminações da teoria quântica, mas em questionar se o conhecimento científico dos processos físicos demonstra a impossibilidade metafísica da providência ou da ação divina (Plantinga, 2011, p. 91-125).

Essa delimitação é importante. A física quântica não constitui “prova” da ação de Deus, e lacunas do conhecimento científico não devem ser preenchidas automaticamente por explicações sobrenaturais. A proposição defendida é mais restrita: uma descrição científica das regularidades naturais não estabelece, sem argumentação filosófica adicional, que somente causas naturais possam existir.

4.4. Swinburne e o Caráter Cumulativo dos Argumentos Teístas

Richard Swinburne segue uma estratégia distinta. *Em The Existence of God*, procura avaliar se diferentes características da realidade podem constituir evidências favoráveis a uma explicação teísta (Swinburne, 2004). Sua abordagem é indutiva, probabilística e cumulativa. Em lugar de fazer depender o teísmo de uma única demonstração, examina diferentes elementos, entre eles a existência e a ordem do universo, quanto à sua contribuição conjunta para a hipótese teísta (Swinburne, 2004). A simplicidade da explicação desempenha papel importante nessa avaliação.

O procedimento é controverso. A atribuição de probabilidades à hipótese teísta, os critérios de simplicidade e a determinação de probabilidades prévias são questões discutidas na filosofia da religião. Sua relevância para este estudo encontra-se na apresentação de uma modalidade de avaliação racional do teísmo que não depende exclusivamente de demonstrações dedutivas, mas da comparação entre hipóteses explicativas.

4.5. Existência do Universo e Explicação Teísta

No desenvolvimento de seu argumento cosmológico, Swinburne (2004, p. 133-152) parte da existência de um universo físico e

pergunta se ela possui explicação suficiente apenas no interior da própria realidade física. A força do argumento não depende da demonstração de que o universo tenha um primeiro instante temporal. Mesmo um universo hipoteticamente eterno continuaria permitindo a pergunta acerca da razão de sua existência (Swinburne, 2004, p. 133-152).

A formulação retoma uma distinção observada anteriormente em Aquino e Leibniz: origem temporal e dependência ontológica não constituem necessariamente a mesma questão. Investigar o primeiro estado fisicamente acessível do universo é diferente de perguntar por que existe uma realidade física dotada de estados, propriedades e leis.

Swinburne (2004, p. 133-152) considera Deus como possível explicação pessoal para a existência do universo. Nessa estrutura, a hipótese teísta não compete com teorias cosmológicas no mesmo nível. Uma cosmologia física descreve estados, condições e relações do universo; o argumento filosófico pergunta pela existência da própria realidade física. Essa diferenciação evita tornar o teísmo dependente de uma lacuna em determinado modelo cosmológico. Mesmo uma descrição científica progressivamente mais abrangente da história física do cosmos não eliminaria automaticamente a questão metafísica sobre a existência da realidade descrita. O argumento, contudo, não estabelece a idade da Terra, a duração da semana da criação ou a interpretação histórica de Gênesis.

4.6. Ordem e Inteligibilidade da Natureza

Outro componente da argumentação de Swinburne diz respeito à ordem do universo. A investigação científica depende da existência

de regularidades suficientemente estáveis para que fenômenos possam ser comparados, experimentos repetidos e modelos desenvolvidos. Swinburne (2004, p. 153-191) pergunta se essa regularidade possui relevância para a avaliação da hipótese teísta. Em sua argumentação, leis naturais simples e abrangentes poderiam constituir evidência favorável a uma explicação baseada em um agente racional, quando comparadas a determinadas alternativas (Swinburne, 2004, p. 153-191). Isso não significa afirmar que a ciência seja incapaz de investigar as regularidades naturais. A questão filosófica situa-se em outro plano: por que existe uma realidade suficientemente ordenada e inteligível para ser descrita por regularidades?

A hipótese teísta aparece, assim, como possível explicação pessoal para a ordem da natureza, sem substituir as leis por intervenções divinas constantes (Swinburne, 2004, p. 153-191). A inferência permanece filosófica e contestável: as leis naturais não identificam empiricamente um autor, e a passagem da ordem para uma inteligência responsável por ela requer argumentação adicional.

4.7. Teísmo, Naturalismo e Confiabilidade da Razão

A distinção entre teísmo e naturalismo ganha outro desenvolvimento no argumento evolutivo contra o naturalismo (*Evolutionary Argument Against Naturalism*). O alvo do argumento não é a teoria evolutiva considerada isoladamente, mas a conjunção entre evolução e naturalismo metafísico. Plantinga (2011, p. 306-350) examina a confiabilidade das capacidades cognitivas humanas. Se o naturalismo for verdadeiro e essas capacidades resultarem exclusivamente de processos evolutivos não dirigidos, pergunta-se

quais razões existiriam, dentro dessa estrutura, para esperar que produzam predominantemente crenças verdadeiras.

A seleção natural favorece características associadas à sobrevivência e à reprodução. Plantinga investiga se o sucesso adaptativo fornece, sob pressupostos naturalistas, razão suficiente para confiar na veracidade das crenças geradas pelos sistemas cognitivos. Sua conclusão procura estabelecer uma dificuldade autorreferencial: se a conjunção entre naturalismo e evolução produz razões para duvidar da confiabilidade das capacidades cognitivas, essa dúvida alcançaria também a própria crença no naturalismo (Plantinga, 2011, p. 306-350).

O argumento não deve ser resumido como “evolução implica irracionalidade”. Seu objeto é a relação entre evolução, naturalismo metafísico e confiança epistêmica na cognição humana. O argumento permanece controverso e não deve ser apresentado como refutação consensual do naturalismo. Para os propósitos deste artigo, sua função é mais limitada: demonstrar que o naturalismo é uma posição filosófica sujeita à avaliação argumentativa e não deve ser simplesmente identificado com o resultado inevitável da investigação científica.

4.8. Ciência, Teísmo e Concordância Profunda

A tese de Plantinga torna-se mais clara quando o problema é deslocado para as condições epistemológicas da atividade científica. Plantinga (2011, p. 265-303) argumenta que existem afinidades entre a compreensão teísta da realidade e a possibilidade do conhecimento científico. Se os seres humanos são concebidos como criaturas dotadas de capacidades cognitivas destinadas, entre outras

funções, ao conhecimento, o teísmo forneceria uma razão interna para esperar algum grau de correspondência entre cognição e realidade.

Do mesmo modo, a concepção de uma realidade criada por um agente racional seria compatível com a expectativa de inteligibilidade da natureza. Isso não permite deduzir antecipadamente quais serão as leis naturais. Por ser contingente, a criação precisa ser investigada empiricamente (Plantinga, 2011, p. 265-303). É nesse sentido que Plantinga propõe uma “concordância profunda” entre teísmo e ciência. Sua conclusão não demonstra que somente o teísmo possa explicar a racionalidade humana ou a inteligibilidade da natureza. O ponto é mais restrito: admitir um Criador não torna o teísmo, por definição, incompatível com causas naturais, regularidades e investigação racional.

Swinburne chega a uma conclusão relacionada por outro caminho. Para ele, a existência e a ordem do universo podem integrar uma avaliação cumulativa da hipótese teísta (Swinburne, 2004, p. 133-191). Enquanto Plantinga enfatiza a relação epistemológica entre teísmo, ciência e naturalismo, Swinburne examina o poder explicativo da hipótese teísta. As abordagens são diferentes e não devem ser confundidas.

4.9. Alcance e Limites para o Criacionismo Bíblico

A filosofia contemporânea da religião acrescenta à tradição clássica uma questão decisiva: o desenvolvimento das explicações científicas elimina a racionalidade da crença teísta? Os argumentos examinados permitem sustentar uma conclusão mais prudente: no âmbito da discussão filosófica, o avanço das ciências não elimina

automaticamente a possibilidade racional do teísmo. Plantinga questiona a identificação necessária entre ciência e naturalismo e procura mostrar que ciência e teísmo não são logicamente incompatíveis (Plantinga, 2011). Swinburne examina a existência e a ordem do universo como elementos suscetíveis de interpretação teísta argumentada (Swinburne, 2004).

O alcance dessas contribuições deve permanecer delimitado. Elas podem subsidiar discussões sobre a racionalidade filosófica da crença em Deus, a compatibilidade entre criação e existência de causas naturais, a possibilidade filosófica de ação divina, a distinção entre explicações científicas e naturalismo metafísico e a legitimidade da pergunta pelo fundamento da existência e da inteligibilidade do universo. Não determinam, contudo, as particularidades históricas e exegéticas do criacionismo bíblico.

A progressão teórica desenvolvida até aqui pode ser expressa em diferentes níveis: a metafísica clássica investiga causalidade, contingência e fundamento do ser; a filosofia contemporânea da religião examina a racionalidade do teísmo diante da ciência; a filosofia da ciência permite analisar pressupostos e limites das explicações naturalistas; a hermenêutica bíblica investiga o conteúdo específico das narrativas da criação; e a teologia sistemática articula essas afirmações no interior de uma cosmovisão.

Plantinga e Swinburne não são, portanto, empregados como autoridades para estabelecer o criacionismo bíblico. Sua função é mostrar como, na filosofia contemporânea, a hipótese teísta permanece objeto de argumentação racional mesmo diante do desenvolvimento das ciências naturais. A etapa seguinte consiste em examinar mais especificamente a relação entre ciência e

naturalismo. Se naturalismo metafísico e prática científica não são conceitos equivalentes, é necessário investigar o alcance do naturalismo metodológico nas ciências e identificar em que condições uma regra metodológica de investigação pode ser convertida em afirmação ontológica acerca da totalidade da realidade.

5. CIÊNCIA, NATURALISMO E LIMITES DA EXPLICAÇÃO CIENTÍFICA

A discussão desenvolvida nas seções anteriores permite distinguir dois problemas relacionados, mas não idênticos. O primeiro diz respeito à racionalidade do teísmo diante do desenvolvimento das ciências. O segundo concerne aos limites epistemológicos da própria explicação científica: que tipos de causas integram uma explicação científica, quais pressupostos orientam essa delimitação e em que condições uma opção metodológica pode ser convertida em afirmação metafísica sobre a totalidade da realidade.

A segunda questão é particularmente relevante para o debate sobre as origens. As ciências procuram reconstruir processos físicos, químicos, geológicos e biológicos mediante modelos fundamentados na investigação de fenômenos naturais, procedimento que demonstrou elevada capacidade explicativa. Seu sucesso, contudo, não resolve por si mesmo uma questão filosófica distinta: o fato de a ciência trabalhar metodologicamente com causas naturais implica que apenas causas naturais existem?

A resposta depende do significado atribuído ao naturalismo metodológico. Donahue (2025, p. 1981-2002) identifica diferentes versões do conceito, distinguindo interpretações que o consideram característica constitutiva da ciência, orientação pragmática

justificada pelo sucesso histórico das explicações naturais ou posição mais restrita que combina elementos dessas concepções.

Não é adequado, portanto, tratar o naturalismo como conceito unívoco. Convém distinguir entre a investigação científica de causas naturais, as regras metodológicas que delimitam o campo científico e a proposição metafísica de que a natureza constitui a totalidade da realidade. O problema filosófico emerge justamente quando se pretende passar de um nível a outro.

5.1. Naturalismo Metodológico: Regra Científica Ou Compromisso Metafísico?

Em sua formulação mais básica, o naturalismo metodológico estabelece que as explicações científicas devem recorrer a entidades, processos e regularidades pertencentes ao domínio natural. Donahue (2025, p. 1981-1984) examina essa restrição ao perguntar se hipóteses que invoquem diretamente Deus ou entidades sobrenaturais podem integrar uma explicação propriamente científica. Tal delimitação pode ser entendida como característica operacional das ciências sem ser imediatamente convertida em ontologia. Restringir metodologicamente um campo de investigação não implica afirmar a inexistência de tudo o que se encontra fora dele. Assim, o recurso a causas naturais na investigação científica não constitui, por si, demonstração da inexistência de realidade transcendente.

As justificativas dessa restrição, entretanto, variam. Ela pode ser considerada constitutiva da ciência, defendida pragmaticamente em função do sucesso histórico das explicações naturais ou aplicada de maneira limitada ao domínio das ciências naturais, sem ser

transformada em critério exclusivo de racionalidade (Donahue, 2025, p. 1981-2002).

Donahue propõe uma forma restrita de naturalismo metodológico, na qual a ciência permanece comprometida com explicações naturais em seu domínio próprio sem que isso implique considerá-la a única fonte racionalmente legítima de conhecimento (Donahue, 2025, p. 1995-2000). Essa formulação permite reconhecer simultaneamente a legitimidade da investigação científica das causas naturais e a necessidade de justificar filosoficamente qualquer passagem desse procedimento para o naturalismo metafísico.

5.2. Naturalismo de Domínio e Autonomia das Ciências

Dawes e Smith (2018, p. 22-31) apresentam outro modo de compreender essa delimitação ao propor o denominado naturalismo de domínio (*domain naturalism*). Segundo essa perspectiva, o empreendimento científico concentra-se na investigação da estrutura causal do mundo natural não porque tenha previamente demonstrado a inexistência de outras realidades, mas em razão do próprio domínio que se propõe investigar.

A ausência de referências a Deus em uma teoria científica, nessa perspectiva, não constitui evidência imediata de ateísmo ou materialismo. Ela pode decorrer da delimitação do objeto científico. Pelo mesmo motivo, a compatibilidade de determinada teoria com o teísmo não exige que a ação divina apareça como variável interna à explicação científica.

Uma descrição científica pode, portanto, permanecer metafisicamente subdeterminada: seus dados e modelos podem

admitir interpretações filosóficas mais abrangentes distintas, desde que essas interpretações não alterem arbitrariamente o conteúdo empírico da teoria. Para o debate sobre as origens, isso significa que a identificação de mecanismos naturais não refuta, por si, a criação, mas tampouco constitui evidência automática de ação divina. A passagem de descrição científica a conclusão metafísica requer argumentação adicional.

5.3. Naturalismo Metodológico e Perspectiva Cristã

A relação entre naturalismo metodológico e teísmo também é discutida entre filósofos e teólogos cristãos. Torrance (2017, p. 691-725) questiona a adoção do naturalismo metodológico como postura inteiramente neutra, considerando que a compreensão cristã da realidade inclui a criação e sustentação do universo por Deus. Isso não o leva a defender a inclusão ordinária de intervenções divinas nas explicações empíricas. Torrance propõe uma postura teologicamente humilde, reconhecendo que a ação divina especial não é diretamente discernível pelos métodos empíricos das ciências naturais (Torrance, 2017, p. 691-725). Sua abordagem procura preservar simultaneamente a convicção teológica acerca da criação e a autonomia metodológica da investigação científica.

Kim (2022, p. 166-178) desenvolve posição relacionada ao reconstruir historicamente o emprego da expressão *methodological naturalism*. O autor defende uma aplicação autorrestrita do método naturalista às ciências naturais, distinguindo-a de reducionismo epistemológico ou cientificismo. Dessa discussão emergem três conceitos que precisam permanecer distintos: naturalismo metodológico, entendido como orientação das ciências naturais para causas e processos naturais; naturalismo metafísico, segundo o qual somente

a realidade natural existe; e cientificismo, concebido como pretensão de que apenas a ciência fornece conhecimento racionalmente legítimo. As três proposições não são logicamente equivalentes.

5.4. O Problema do Cientificismo

O termo cientificismo é empregado de diferentes maneiras na literatura. Neste estudo, designa a tese epistemológica segundo a qual os métodos das ciências naturais constituíam a única via legítima para alcançar conhecimento verdadeiro sobre a realidade. Kim (2022, p. 166-178) relaciona essa posição a uma forma de reducionismo epistemológico e a distingue da aplicação metodologicamente circunscrita do naturalismo às ciências naturais. Donahue (2025, p. 1995-2000) estabelece distinção semelhante ao argumentar que considerar o naturalismo metodológico característico da ciência não obriga a reconhecer a ciência como árbitro exclusivo de toda verdade sobre a realidade.

O cientificismo apresenta ainda uma questão autorreferencial: a proposição de que apenas afirmações científicas constituem conhecimento legítimo não resulta, ela mesma, de experimento físico, químico ou biológico. Trata-se de uma tese epistemológica sobre o alcance do conhecimento científico e, como tal, requer argumentação filosófica.

Reconhecer essa limitação não reduz a autoridade das ciências em seus respectivos domínios. Questões relativas a mecanismos genéticos, processos geológicos, propriedades físicas ou movimento de corpos celestes devem ser examinadas pelas disciplinas competentes. Entretanto, problemas relativos à existência da própria realidade, à possibilidade de entidades não naturais ou aos critérios

gerais de racionalidade não se resolvem simplesmente pelo acúmulo de medições empíricas. A crítica ao cientificismo não é, portanto, uma crítica à ciência, mas à transformação de um método de investigação em uma teoria abrangente da realidade sem explicitação das premissas filosóficas necessárias para essa passagem.

5.5. Dados, Modelos e Pressupostos Interpretativos

A relação entre dados e interpretação torna-se especialmente relevante em investigações históricas sobre as origens. Diferentemente de experimentos em que determinadas condições podem ser manipuladas e repetidas, estudos sobre a história profunda do universo, da Terra e da vida reconstroem eventos pretéritos a partir das evidências disponíveis.

Isso não reduz seu caráter científico. Cosmologia, geologia histórica, paleontologia e biologia evolutiva desenvolveram procedimentos próprios de formulação e avaliação de hipóteses sobre acontecimentos passados. Tais reconstruções envolvem relações entre evidências, modelos e inferências. No contexto adventista, Canale (2003a, p. 65-66) chama atenção para os processos racionais e metodológicos pelos quais conclusões científicas e teológicas são formuladas. Para o autor, a controvérsia entre criação e evolução frequentemente se concentra nos resultados sem examinar adequadamente os processos pelos quais esses resultados são alcançados.

Sua descrição do método distingue três condições: o objetivo buscado, denominado condição teleológica; os dados utilizados, correspondentes à condição material; e as ideias pressupostas na

interpretação desses dados, designadas condição hermenêutica (Canale, 2003a, p. 66-71). Essa proposta pode funcionar como ferramenta analítica, desde que utilizada com cautela. Reconhecer a presença de modelos, conceitos e pressupostos na atividade científica não implica afirmar que todas as interpretações possuem o mesmo valor ou que os dados são arbitrariamente moldáveis. O próprio Canale (2003a, p. 69-70) reconhece que a existência de interpretações concorrentes não significa que todas sejam verdadeiras.

A identificação de pressupostos, portanto, não autoriza relativismo epistemológico. Teorias continuam sujeitas à avaliação mediante critérios apropriados à investigação científica. A contribuição de Canale situa-se em recordar que os dados não interpretam a si mesmos. Entre observação e conclusão intervêm conceitos, hipóteses, modelos e critérios metodológicos que precisam ser explicitados quando interpretações concorrentes das origens são comparadas.

5.6. A Possibilidade e os Limites de Uma Ciência das Origens

A existência de pressupostos não impede a investigação científica dos eventos passados. Seria inadequado afirmar que a ciência não pode examinar acontecimentos históricos simplesmente porque eles não foram diretamente observados. As ciências históricas desenvolvem inferências a partir de vestígios presentes e avaliam hipóteses sobre os processos capazes de produzi-los. Também seria excessivo, contudo, pressupor que todo problema relativo às origens possa ser resolvido pelos mesmos procedimentos empregados em investigações experimentais de fenômenos presentes. As perguntas, os tipos de evidência e os modos de inferência podem diferir.

Uma reconstrução científica de processos naturais responde primariamente a questões sobre como determinados estados da natureza podem ter surgido de estados anteriores. Ela não responde necessariamente à questão metafísica de por que existe uma realidade na qual esses processos operam. Isso impede que “explicação natural” seja automaticamente convertida em “explicação naturalista da totalidade da realidade”.

A distinção também não pode servir para imunizar proposições criacionistas contra evidências. Quando determinada interpretação de Gênesis produz afirmações sobre a história física do mundo, essas proposições entram, ao menos parcialmente, em contato com dados investigáveis pelas ciências naturais. O diálogo entre interpretação bíblica e investigação empírica torna-se, nesse ponto, inevitável. Uma abordagem academicamente responsável precisa, assim, reconhecer os limites filosóficos da explicação científica sem utilizar esses limites para afastar interpretações teológicas de qualquer confronto com evidências.

5.7. O Ajuste Fino Como Estudo de Caso dos Limites Interpretativos

O ajuste fino cosmológico oferece um exemplo da distinção entre descrição científica e inferência metafísica. A expressão refere-se à discussão de constantes e condições fundamentais do universo cujos valores parecem situar-se em intervalos compatíveis com a existência de estruturas complexas e das formas de vida conhecidas. A passagem dessa observação para uma explicação teísta, entretanto, não é imediata.

Manson (2009, p. 271-286) apresenta o ajuste fino como variante contemporânea do argumento de design e mostra que o debate envolve a caracterização do fenômeno, a inferência de design e alternativas explicativas, entre elas hipóteses de multiverso e considerações antrópicas. O autor também discute o problema da normalização, relacionado às dificuldades de atribuição de probabilidades aos valores possíveis das constantes fundamentais (Manson, 2009, p. 271-286).

Monton (2006, p. 405-424) questiona se o ajuste fino deve efetivamente elevar a probabilidade atribuída à existência de Deus. Em sua discussão da chamada *old evidence*, considera as dificuldades introduzidas pelo fato de já sabermos que habitamos um universo compatível com a vida (Monton, 2006, p. 419-422). Esses contrapontos não demonstram a falsidade de uma interpretação teísta. Mostram, antes, que o ajuste fino não constitui uma inferência científica direta para Deus. Características físicas do universo podem fornecer premissas para argumentos filosóficos, mas a inferência de intenção ou design pertence a um nível argumentativo adicional e permanece aberta à avaliação de alternativas.

5.8. Ciência e “Deus das Lacunas”

Outro risco na relação entre criacionismo e ciência é recorrer à ação divina principalmente para explicar fenômenos que ainda carecem de explicação natural satisfatória. Uma estratégia desse tipo torna o argumento teísta dependente de lacunas provisórias do conhecimento: quando uma explicação natural é posteriormente formulada, desaparece também a função apologética atribuída à lacuna.

A tradição metafísica anteriormente examinada oferece outra estrutura. Aquino não concebe Deus apenas como explicação de fenômenos naturais desconhecidos, mas como fundamento da existência de uma realidade na qual causas naturais operam. Plantinga, de modo semelhante, não precisa negar a causalidade natural para sustentar a possibilidade filosófica de ação divina.

A argumentação em favor do criacionismo bíblico não deve, portanto, depender da expectativa de que determinadas lacunas científicas permaneçam definitivamente inexplicadas. O debate precisa concentrar-se na avaliação dos argumentos filosóficos, das evidências empíricas e da interpretação bíblica em seus respectivos níveis.

5.9. A Contribuição de Canale e Seus Limites

A presença de Canale no corpus possui função epistemológica específica. Sua contribuição consiste em deslocar parte da controvérsia entre criação e evolução das conclusões para os processos mediante os quais elas são formuladas. Canale (2003a, p. 65-71) argumenta que conhecimento científico e teológico envolvem relações entre sujeito, objeto, dados, conceitos e pressupostos. Sua abordagem procura superar uma concepção na qual o observador receberia dados sem participação interpretativa, preservando simultaneamente a existência de um objeto real que exerce controle sobre as interpretações.

Essa perspectiva ajuda a compreender a possibilidade de pesquisadores reconhecerem conjuntos semelhantes de dados e divergirem quanto à sua interpretação mais ampla. A divergência, porém, não torna as interpretações cientificamente equivalentes.

Identificar pressupostos não refuta uma teoria, assim como reconhecer pressupostos teístas em determinada interpretação não estabelece sua validade. Por isso, Canale é utilizado aqui como contribuição à epistemologia do debate, e não como demonstração científica da criação. Sua proposta auxilia a formular questões sobre pressupostos, seleção de dados e papel da interpretação sem substituir a avaliação empírica das teorias.

5.10. Entre Naturalismo Metodológico e Naturalismo Metafísico

A literatura examinada permite precisar uma das distinções centrais deste estudo. O naturalismo metodológico, em sua forma restrita, pode ser entendido como regra de investigação que orienta as ciências naturais para relações e causas naturais. Donahue (2025, p. 1981-2002) considera defensável uma modalidade restrita dessa orientação; Dawes e Smith (2018, p. 22-31) descrevem a ciência em termos de naturalismo de domínio; e Kim (2022, p. 166-178) sustenta que o método naturalista pode permanecer circunscrito às ciências naturais.

O naturalismo metafísico, por sua vez, afirma que a realidade natural constitui tudo o que existe. Não se trata simplesmente de regra metodológica, mas de posição ontológica. Procurar causas naturais e afirmar que apenas causas naturais existem são, portanto, proposições distintas. Essa diferenciação não torna o conhecimento científico irrelevante para a reflexão teológica. Ela apenas impede que uma opção metodológica seja transformada em metafísica sem que a transição seja argumentativamente explicitada.

5.11. Implicações para a Investigação do Criacionismo Bíblico

A análise desenvolvida acrescenta um terceiro nível à arquitetura do artigo. A tradição filosófica cristã examinada anteriormente formulou uma metafísica da criação centrada em causalidade, contingência e dependência ontológica; a filosofia contemporânea mostrou que a racionalidade do teísmo permanece aberta à discussão; e a filosofia da ciência permite agora distinguir o método científico de uma metafísica naturalista.

Essa conclusão impede uma exclusão puramente metodológica da hipótese de criação, mas não confirma automaticamente as proposições específicas do criacionismo bíblico. Estas exigem investigação exegética: é necessário perguntar o que Gênesis 1–11 afirma, como sua estrutura literária funciona, que sentido assume a sequência dos dias, como os relatos de Gênesis 1 e 2 se relacionam e de que maneira sábado, Adão e Eva e Dilúvio se inserem na estrutura canônica.

O resultado desta seção pode ser resumido em quatro proposições: o sucesso das explicações naturais deve ser reconhecido como parte fundamental do empreendimento científico; a investigação metodológica de causas naturais não implica logicamente naturalismo metafísico; a presença de pressupostos interpretativos não conduz ao relativismo nem torna todas as explicações equivalentes; e a possibilidade filosófica de criação não determina qual interpretação das narrativas bíblicas das origens deve ser adotada. A análise passa, portanto, da filosofia da ciência para a hermenêutica e a teologia bíblica.

6. A NARRATIVA BÍBLICA DAS ORIGENS: FUNDAMENTOS EXEGÉTICOS E HERMENÊUTICOS

As seções anteriores procuraram mostrar que a hipótese de uma realidade criada não pode ser excluída simplesmente em decorrência do método das ciências naturais. Essa conclusão, entretanto, não determina como, quando ou mediante quais atos Deus teria criado. Para o criacionismo bíblico, essas questões dependem primordialmente da interpretação das Escrituras. A passagem da filosofia para a teologia implica, portanto, uma mudança metodológica. Enquanto a filosofia examina a racionalidade da existência de um Criador, a exegese procura estabelecer o que os textos bíblicos afirmam acerca de sua identidade e atividade.

Gênesis 1–11 ocupa posição central nessa investigação. Esses capítulos apresentam criação, origem da humanidade, entrada do pecado, desenvolvimento inicial da sociedade humana, Dilúvio e dispersão dos povos. Sua interpretação, contudo, permanece amplamente debatida, sobretudo quanto ao gênero literário, à historicidade, ao significado de *yôm* (“dia”), à relação entre Gênesis 1 e 2, às genealogias e ao alcance do relato do Dilúvio.

A presença de elaboração literária e teológica não resolve, por si, a questão da historicidade. Literariedade, teologia e referência a acontecimentos não são categorias necessariamente excludentes. O problema exegético consiste em determinar, mediante evidências linguísticas, literárias, históricas e intertextuais, que tipo de afirmação o texto pretende comunicar.

6.1. Gênesis 1–11 e a Questão do Gênero Literário

A identificação do gênero de Gênesis 1 é relevante porque o modo de comunicação de um texto depende, em parte, do tipo de

discurso que utiliza. Davidson (2003, p. 5-10) sustenta que a forma literária de Gênesis 1-2 favorece sua classificação como narrativa histórica em prosa, ainda que reconheça a elevada organização literária da passagem. Paralelismos, repetições e estruturas numéricas, segundo o autor, não transformam automaticamente o texto em poesia ou mito. A organização literária sofisticada pode coexistir com intenção referencial. Por isso, a oposição simples entre estrutura literária e historicidade deve ser evitada.

Doukhan também enfatiza a importância de uma leitura sincrônica da narrativa e de sua forma final, em contraposição à dependência exclusiva de reconstruções hipotéticas de fontes anteriores. A análise estrutural, contudo, não resolve isoladamente a historicidade. Correspondências entre os dias, repetições formulaicas ou organização teológica indicam intencionalidade composicional, mas não determinam sozinhas se os acontecimentos descritos devem ser interpretados como históricos, simbólicos ou em alguma combinação dessas categorias.

Davidson relaciona a continuidade literária dos capítulos iniciais às narrativas posteriores de Gênesis e destaca a função da fórmula hebraica *toledot*, traduzida como “gerações”, “descendência” ou “história”, na organização das diferentes seções do livro (Davidson, 2003, p. 5-10). Esses elementos fornecem argumentos para uma leitura de continuidade narrativa, mas precisam ser considerados em conjunto com vocabulário, sintaxe e relações intertextuais.

6.2. “No Princípio”: Gênesis 1:1-3 e o Início da Narrativa

A afirmação “No princípio, criou Deus os céus e a terra” (Gn 1:1) introduz Deus como agente cuja atividade está na origem da

realidade descrita. A relação sintática e semântica entre Gênesis 1:1, 1:2 e 1:3, entretanto, admite diferentes interpretações: o primeiro versículo pode ser lido como título ou resumo, como oração subordinada ou como afirmação de uma atividade criadora anterior à sequência iniciada no versículo 3.

Davidson (2003, p. 19-25) examina essas possibilidades e sustenta que a sintaxe hebraica favorece a leitura de Gênesis 1:1 como oração independente que descreve uma ação divina real. Nessa interpretação, torna-se possível distinguir uma criação inicial dos “céus e da terra” da sequência de atos apresentada a partir do versículo 3. Essa leitura exige cautela em relação a afirmações sobre a idade absoluta do universo. Uma interpretação literal da semana de Gênesis 1 não implica necessariamente que toda a matéria do cosmos tenha sido criada no primeiro dos seis dias. A relação entre Gênesis 1:1 e os atos criadores posteriores deve ser distinguida da questão específica da duração dos dias.

Consequentemente, uma semana recente de criação da vida terrestre não implica necessariamente, apenas por essa exegese, uma criação igualmente recente de todo o universo.

6.3. Os Dias da Criação e o Significado de Yôm

O substantivo hebraico *yôm* possui diferentes usos no Antigo Testamento e pode designar o período iluminado, um ciclo diário ou, em certos contextos, um período não especificado. Sua flexibilidade semântica, portanto, não resolve isoladamente a interpretação de Gênesis 1. O significado precisa ser examinado no contexto específico. Davidson (2003, p. 16-19) argumenta que a sequência numerada dos dias, a expressão “tarde e manhã”, a progressão

narrativa e a relação posterior com o quarto mandamento convergem para uma leitura de dias ordinários.

Hasel (1994, p. 5-38) desenvolve conclusão semelhante ao analisar propostas que interpretam os dias como eras, períodos figurativos ou estruturas exclusivamente literárias. Segundo o autor, elementos lexicais, semânticos, sintáticos e intertextuais favorecem a compreensão de dias literais. A associação de *yôm* com numerais e a repetição de “tarde e manhã” constituem partes relevantes desse argumento. Davidson observa ainda que a pergunta exegética deve ser inicialmente distinguida da tentativa de harmonizar o texto com determinado modelo científico (Davidson, 2003, p. 16-19).

Metodologicamente, a sequência é importante: primeiro se pergunta qual sentido é sustentado pela linguagem, estrutura e contexto do texto; somente depois se examina como essa interpretação se relaciona com modelos científicos.

6.4. A Estrutura da Semana da Criação

Gênesis 1 apresenta uma narrativa organizada em progressão da condição inicial descrita como “sem forma e vazia” para um ambiente ordenado e habitável. Frequentemente são identificadas correspondências entre os três primeiros dias e os três seguintes, culminando no sétimo dia. A presença dessa estrutura possui significado literário e teológico, mas não implica necessariamente que os dias funcionem apenas como categorias simbólicas. É nesse ponto que se situa a chamada *framework hypothesis*, segundo a qual a organização dos dias teria função prioritariamente temática ou literária.

A hipótese evidencia a sofisticação composicional do capítulo, mas a existência de correspondências estruturais não demonstra, por si, ausência de sucessão temporal. Davidson (2003, p. 11-19) argumenta que os indicadores temporais da narrativa e sua utilização posterior no decálogo favorecem uma sequência temporal real.

6.5. Gênesis 1 e 2: Relatos Contraditórios Ou Perspectivas Complementares?

A relação entre Gênesis 1:1–2:4a e 2:4b–25 constitui outro ponto relevante da discussão. Diferenças de vocabulário, estilo e perspectiva foram interpretadas, no contexto da crítica das fontes, como indícios de tradições distintas posteriormente reunidas. A questão específica deste estudo, contudo, consiste em verificar se a forma final do texto exige que os dois relatos sejam considerados contraditórios.

Moskala propõe uma leitura segundo a qual Gênesis 1 e 2 oferecem perspectivas complementares: a primeira de alcance cósmico e a segunda concentrada no ser humano, no jardim e nas relações humanas. Davidson desenvolve interpretação semelhante, distinguindo o foco cósmico de Gênesis 1:1–2:4a da concentração antropológica e relacional de Gênesis 2:4b–25. Essa leitura entende os capítulos como perspectivas integradas, não como cosmologias necessariamente incompatíveis.

A diferença de foco pode explicar por que Gênesis 2 não repete mecanicamente a sequência do capítulo anterior, mas amplia elementos relativos à criação humana, ao jardim, ao trabalho, ao mandamento divino e ao casamento. Essa interpretação não resolve todas as questões críticas relativas à composição do Pentateuco,

mas mostra que diferença de perspectiva não equivale necessariamente a contradição.

6.6. A Criação do Ser Humano

Gênesis 1:26-28 apresenta a criação humana mediante deliberação divina e pela afirmação de que homem e mulher são criados à imagem e semelhança de Deus. O relato situa a humanidade dentro do mundo criado, mas lhe atribui uma caracterização particular mediante a *imago Dei*. Gênesis 2 amplia essa apresentação. O ser humano é formado do “pó da terra”, recebe de Deus o “fôlego de vida” e torna-se ser vivente (Gn 2,7). A narrativa articula materialidade e dependência divina: a humanidade pertence à criação e, simultaneamente, é descrita em relação específica com o Criador.

A criação da mulher em Gênesis 2:18-24 desenvolve a dimensão relacional da existência humana e culmina na união entre homem e mulher. No fluxo narrativo, Adão e Eva também participam da sequência que prossegue em Gênesis 3–5, aspecto relevante para a análise posterior de sua função nas genealogias e no restante do cânon.

6.7. O Sábado Como Elemento Interno da Narrativa da Criação

A semana de Gênesis não termina com a criação humana. Gênesis 2:1-3 conclui a unidade narrativa com o sétimo dia, no qual Deus cessa sua atividade, abençoa o dia e o santifica. O sábado integra, portanto, a própria estrutura literária da narrativa. Moskala (2002) analisa especificamente a função de Gênesis 2:1-3 e situa o sábado como clímax da primeira narrativa da criação. A relação torna-se explícita em Êxodo 20:8-11, onde o ritmo de seis dias de atividade e

um dia de descanso humano é fundamentado na atividade criadora divina.

Essa intertextualidade constitui argumento relevante para a interpretação temporal da semana de Gênesis. O decálogo relaciona dias ordinários de atividade humana aos dias da criação. Uma interpretação que atribua duração radicalmente distinta às duas sequências, portanto, precisa justificar essa diferença exegética. A analogia de Êxodo 20 não resolve todas as questões cosmológicas associadas a Gênesis, mas mostra que, na estrutura canônica, a semana da criação funciona como fundamento do ritmo semanal humano.

6.8. Criação, Queda e a Entrada do Pecado

Gênesis 3 altera o cenário apresentado nos capítulos anteriores. A criação, repetidamente caracterizada como “boa” e finalmente “muito boa” (Gn 1:31), é seguida pela narrativa da desobediência humana. A conexão entre criação e queda possui consequências para a antropologia, a compreensão do pecado e a soteriologia. O sofrimento e a morte humana aparecem no contexto da ruptura entre humanidade e Deus.

Essa conclusão precisa permanecer proporcional ao texto. Gênesis relaciona explicitamente a morte humana à transgressão (Gn 2:17; 3:19), mas determinar as implicações dessa afirmação para todas as formas de mortalidade animal ou vegetal exige argumentação adicional. A historicidade da queda não deve ser utilizada para atribuir ao texto conclusões que ele não apresenta com a mesma clareza.

6.9. Adão e a Continuidade Canônica

A figura de Adão não permanece confinada aos capítulos iniciais de Gênesis. Gênesis 5 o integra a uma genealogia; 1 Crônicas 1,1 inicia sua sequência genealógica com ele; Lucas o inclui na genealogia de Jesus (Lc 3:23-38); e Paulo estabelece relações teológicas entre Adão e Cristo em Romanos 5:12-21 e 1 Coríntios 15:21-22, 45-49. Essas relações tornam insuficiente uma interpretação de Adão que considere apenas Gênesis 2-3. Qualquer proposta exegética precisa examinar também a função que ele desempenha na argumentação canônica e, particularmente, no Novo Testamento.

Isso não elimina o debate contemporâneo sobre sua historicidade nem o resolve apenas pela classificação literária de Gênesis. Mostra, contudo, que a questão possui dimensão canônica e teológica que precisa integrar a análise.

6.10. O Dilúvio no Desenvolvimento de Gênesis 1-11

A narrativa do Dilúvio, concentrada em Gênesis 6-9, constitui outro eixo central do debate sobre as origens. Entre as interpretações propostas estão a leitura de um evento global, uma inundação regional descrita em linguagem universal e abordagens que enfatizam predominantemente sua função teológica. A narrativa utiliza linguagem abrangente para descrever as águas, a destruição e os seres afetados (Gn 6:17; 7:19-23). A extensão geográfica do evento, contudo, não deve ser inferida de uma expressão isolada. A análise precisa considerar o conjunto narrativo, incluindo a finalidade da arca, a duração do evento, a descrição da destruição, o recuo das águas, a aliança posterior e as referências intertextuais.

Outro aspecto significativo é a relação entre criação e Dilúvio. A narrativa retoma imagens que podem ser interpretadas como

reversão da ordem de Gênesis 1: as águas voltam a dominar a paisagem e, após o evento, Gênesis 9 reutiliza elementos da bênção concedida à humanidade. Nessa leitura, o Dilúvio participa de uma dinâmica de descrição e recriação.

A interpretação adventista tradicional compreende o Dilúvio como histórico e global. Para os propósitos deste artigo, porém, essa formulação confessional não deve funcionar como premissa exegética. A extensão do evento precisa ser examinada a partir dos argumentos textuais e canônicos, antes de qualquer discussão geológica.

6.11. Criação e Dilúvio no Novo Testamento

As narrativas das origens são retomadas em diferentes contextos do Novo Testamento. Jesus relaciona Gênesis 1:27 e 2:24 ao discutir o casamento (Mt 19:4-6; Mc 10:6-9). O Dilúvio aparece em Mateus 24:37-39, Hebreus 11:7, 1 Pedro 3:20 e 2 Pedro 2:5; 3:5-6. Segunda Pedro 3 relaciona criação, Dilúvio e juízo futuro em uma estrutura argumentativa comum. A criação pela palavra divina, o mundo atingido pelas águas e o juízo futuro são utilizados como componentes de uma interpretação teológica da história.

Isso mostra que Gênesis 1-11 não funciona no cânon apenas como prólogo isolado. Seus personagens, acontecimentos e temas são retomados na argumentação teológica posterior. A maneira exata pela qual essas referências contribuem para a discussão histórica precisa, contudo, ser avaliada caso a caso, sem pressupor que toda utilização teológica resolva automaticamente questões modernas de historiografia.

6.12. Criação Como Fundamento de Uma Metanarrativa Bíblica

Consideradas em conjunto, as relações canônicas situam a criação no início de uma estrutura teológica mais abrangente: criação, queda, juízo e promessa, redenção e nova criação. O Apocalipse retoma imagens presentes nos capítulos iniciais de Gênesis. A árvore da vida reaparece em Apocalipse 22, a maldição é removida (Ap 22,3) e a narrativa bíblica que começa com a criação de céus e terra culmina na expectativa de “novo céu e nova terra” (Ap 21,1).

Essa estrutura indica que a compreensão das origens se relaciona com outros temas da teologia bíblica. Isso não autoriza afirmar que qualquer interpretação alternativa de Gênesis destrua necessariamente a doutrina cristã. Uma conclusão desse tipo seria desproporcional. Significa, antes, que reinterpretações das origens precisam considerar as relações que os próprios textos estabelecem entre criação, humanidade, pecado, redenção e restauração.

6.13. Alcance e Limites da Evidência Exegética

A exegese investiga aquilo que o texto pretende comunicar; não substitui as ciências naturais na investigação de todas as questões relativas à história física do planeta. A literatura examinada fornece argumentos para sustentar que a forma final de Gênesis apresenta a criação como ação intencional de Deus, organiza a atividade criadora em seis dias seguidos pelo sétimo, relaciona essa semana ao sábado e integra a humanidade, Adão e Eva e o Dilúvio a uma narrativa teológica e genealógica contínua.

Na tradição adventista, Davidson (2003, p. 4-43) reúne esses elementos e conclui pela natureza literal e histórica de Gênesis 1-2, compreendendo a semana como seis dias sucessivos de duração ordinária seguidos pelo sétimo. É necessário, contudo, distinguir

essa conclusão, localizada em uma tradição interpretativa específica, do estado mais amplo do debate exegético. A exegese tampouco determina com igual precisão todas as questões associadas ao criacionismo contemporâneo. Convém distinguir entre afirmações explícitas do texto, inferências razoavelmente sustentadas, construções teológicas posteriores e proposições dependentes de modelos científicos.

Essa hierarquia impede atribuir às Escrituras afirmações que elas próprias não formulam. A idade absoluta do universo é um exemplo. Determinadas leituras de Gênesis 1,1 permitem distinguir uma criação inicial do cosmos da semana descrita posteriormente; defender dias literais não exige, portanto, concluir automaticamente que todo o universo tenha a mesma idade da vida terrestre.

Algo semelhante ocorre com a idade exata da Terra. As genealogias possuem relevância cronológica, mas transformar essa informação em uma data precisa requer decisões interpretativas adicionais. A expressão “criação recente” deve, por isso, ser empregada com a precisão correspondente às evidências textuais efetivamente disponíveis.

6.14. Síntese: Da Possibilidade Filosófica Ao Conteúdo Revelacional

A argumentação desenvolvida no artigo distingue progressivamente diferentes níveis. A filosofia clássica examina a questão do fundamento transcendente da realidade; a filosofia contemporânea discute a racionalidade do teísmo diante da ciência; a filosofia da ciência diferencia naturalismo metodológico e metafísico; e a

hermenêutica procura estabelecer o conteúdo específico das narrativas bíblicas das origens.

A análise exegética indica que a narrativa bíblica não apresenta apenas uma afirmação genérica de criação divina. Ela relaciona a criação a uma sequência temporal, ao sábado, à identidade humana, à queda, a Adão e Eva, ao Dilúvio e à expectativa de nova criação. O rigor acadêmico, entretanto, exige respeitar os limites do método: exegese não deve ser transformada em cosmologia, geologia ou biologia. Sua função consiste em investigar, mediante critérios linguísticos, literários, históricos e canônicos, aquilo que os textos comunicam.

A etapa seguinte consiste em confrontar esses resultados com a formulação doutrinária da Igreja Adventista do Sétimo Dia. A posição denominacional não deve funcionar como premissa para a interpretação dos textos, mas como objeto teológico a ser comparado criticamente com os resultados da análise exegética. Essa distinção é indispensável para avaliar a coerência entre a formulação adventista do criacionismo bíblico e a estrutura textual e canônica das narrativas das origens.

7. A DOUTRINA ADVENTISTA DA CRIAÇÃO: FORMULAÇÃO, COERÊNCIA E IMPLICAÇÕES TEOLÓGICAS

O percurso desenvolvido nas seções anteriores permitiu examinar a questão das origens em diferentes níveis epistemológicos. A tradição filosófica cristã forneceu argumentos relacionados à causalidade, à contingência e à dependência ontológica; a filosofia contemporânea da religião mostrou que a racionalidade do teísmo permanece objeto legítimo de argumentação; a filosofia da ciência

permitiu distinguir naturalismo metodológico e naturalismo metafísico; e a análise exegética identificou, no corpus examinado, argumentos em favor de uma leitura de Gênesis 1–11 que relaciona criação, semana de seis dias, sábado, humanidade, queda e Dilúvio.

A partir desse percurso, a formulação doutrinária da Igreja Adventista do Sétimo Dia pode ser examinada não como evidência independente de sua própria validade, mas como objeto teológico a ser comparado aos argumentos filosóficos, epistemológicos e exegéticos anteriormente analisados. Essa comparação deve considerar que parte relevante do corpus exegético examinado pertence à própria tradição adventista, circunstância que recomenda cautela ao avaliar a independência entre interpretação bíblica e formulação denominacional.

Na formulação de sua Crença Fundamental nº 6, a Igreja Adventista afirma que Deus revelou nas Escrituras um relato “autêntico e histórico” de sua atividade criadora e associa a criação a seis dias literais e ao descanso no sétimo dia. O documento também relaciona o primeiro homem e a primeira mulher à imagem de Deus e à responsabilidade sobre o mundo criado (Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2015, crença fundamental 6).

Podem-se identificar nessa formulação cinco elementos principais: criação divina intencional; historicidade do relato bíblico; criação recente associada a seis dias literais; criação especial da humanidade; e relação estrutural entre criação e sábado. Outros documentos denominacionais explicitam ainda a historicidade de Gênesis 1–11 e a compreensão do Dilúvio como evento global (Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2004; 2010).

No sistema adventista, a criação não aparece como crença isolada sobre a origem física do mundo. Ela se relaciona a diferentes dimensões doutrinárias, entre elas antropologia, sábado, pecado, redenção, escatologia e missão. O objetivo deste capítulo é examinar essa integração sem confundir coerência interna com demonstração da verdade de todas as proposições que compõem o sistema.

7.1. A Primazia da Escritura na Compreensão Adventista das Origens

Um princípio epistemológico central da compreensão adventista das origens é a primazia atribuída às Escrituras. O documento *Affirmation of Creation*, relacionado às Conferências Internacionais de Fé e Ciência realizadas entre 2002 e 2004, explicita essa posição (Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2004). A natureza permanece reconhecida como objeto legítimo de investigação, e as ciências naturais são valorizadas como instrumentos de conhecimento do mundo criado. A tradição adventista, contudo, não considera que interpretações científicas possuam, por esse motivo, autoridade automática para redefinir o conteúdo teológico atribuído às Escrituras.

O documento de 2004 procura evitar uma oposição simples entre ciência e fé. Reconhece o valor da investigação científica e afirma a importância das ciências nas instituições adventistas, mas rejeita a redução da busca por conhecimento aos limites exclusivos do método científico (Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2004). Essa formulação apresenta afinidade com a distinção anteriormente examinada entre naturalismo metodológico e cientificismo. A legitimidade da investigação científica em seu domínio não implica

que seus métodos sejam considerados o único acesso possível à realidade.

A primazia da Escritura, entretanto, não pode funcionar como justificativa para ignorar dados empíricos. O próprio documento reconhece a existência de interpretações científicas que desafiam a compreensão denominacional das origens e afirma que sua força não pode ser descartada levemente (Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2004, tradução nossa).

7.2. Criação Recente e Seis Dias Literais

Um dos elementos mais característicos da doutrina adventista das origens é a compreensão da semana criadora em seis dias literais. A Crença Fundamental nº 6 relaciona a atividade criadora a uma “criação recente” e caracteriza os seis dias, juntamente com o sábado, como unidade temporal correspondente à semana (Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2015, crença fundamental 6).

Essa formulação resulta de um processo de clarificação denominacional. O relatório das Conferências de Fé e Ciência de 2004 registrou preocupação com possíveis ambiguidades em formulações anteriores e recomendou maior explicitação da compreensão adventista de uma semana literal (Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2004). No mesmo período, outro documento oficial reafirmou a compreensão dos dias da criação como dias literais de 24 horas (Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2004b).

A declaração de 2010 manteve a historicidade de Gênesis 1–11, a compreensão literal da semana da criação e a natureza global do Dilúvio (Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2010). No corpus exegético examinado na seção anterior, autores como Davidson e Hasel

apresentam argumentos linguísticos e intertextuais favoráveis à compreensão dos dias como unidades ordinárias, especialmente com base na sequência numérica, na fórmula “tarde e manhã” e na relação com Êxodo 20:8-11. Nesse aspecto, há correspondência entre a formulação denominacional e a interpretação desenvolvida por esses autores.

Essa correspondência não deve, entretanto, ser confundida com consenso exegético geral, pois ambos pertencem à tradição adventista e interpretações divergentes permanecem presentes na literatura. Também é necessário distinguir “criação recente” de uma afirmação automática sobre a idade de todo o universo. A própria formulação doutrinária deve ser interpretada segundo seus termos específicos, e a análise de Gênesis 1:1-3 realizada anteriormente recomenda cautela ao converter a compreensão de uma semana criadora em cronologia absoluta do cosmos.

7.3. Criação e Sábado: Uma Relação Estrutural

A relação entre criação e sábado ocupa posição central na teologia adventista. A Crença Fundamental nº 6 apresenta o sábado como memorial da atividade criadora de Deus (Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2015, crença fundamental 6), conexão relacionada a Gênesis 2:1-3 e à fundamentação do quarto mandamento em Êxodo 20:8-11. Dentro desse sistema, a sequência dos dias da criação não possui apenas significado cronológico. Ela estabelece uma relação entre atividade criadora, descanso no sétimo dia, bênção e santificação do tempo. Essa articulação ajuda a explicar a relevância doutrinária atribuída à duração dos dias de Gênesis.

O documento *Affirmation of Creation* também relaciona criação e sábado e sustenta que alterações substantivas na compreensão das origens repercutem sobre outras áreas do sistema doutrinário (Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2004). A coerência interna dessa relação é identificável: na teologia adventista, o sábado adquire parte de seu significado como memorial da criação. Tal coerência, contudo, não decide isoladamente as questões exegéticas ou empíricas envolvidas na interpretação das origens.

7.4. A Criação da Humanidade e a Antropologia Adventista

A Crença Fundamental nº 6 afirma que o primeiro homem e a primeira mulher foram criados à imagem de Deus e receberam responsabilidade sobre o mundo criado (Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2015, crença fundamental 6). A antropologia decorrente dessa compreensão associa a dignidade humana à relação com o Criador, e não primariamente a produtividade, capacidade cognitiva, posição social ou utilidade econômica. No interior do sistema, essa antropologia apresenta dimensões ontológica, relacional e ética: a humanidade depende de Deus para existir, é descrita em relações com Deus, com outros seres humanos e com a criação, e recebe responsabilidade sobre o mundo criado.

A declaração adventista de 2010 também relaciona criação, responsabilidade humana, casamento e sábado (Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2010). A doutrina das origens assume, assim, implicações mais amplas do que uma discussão cronológica acerca da idade da Terra.

7.5. Criação, Queda e Origem do Mal

Na formulação adventista, criação e queda integram uma mesma estrutura histórico-teológica. O *Affirmation of Creation* relaciona criação originalmente boa, queda humana, pecado, deterioração, morte, redenção em Cristo e restauração final (Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2004). A diferença entre a criação caracterizada como “muito boa” (Gn 1,31) e a realidade presente é interpretada por meio da ruptura introduzida pelo pecado. O mal não é, nessa estrutura, apresentado como propriedade necessária da criação original.

A doutrina adventista da grande controvérsia amplia essa articulação ao situar a humanidade em um conflito entre Cristo e Satanás relativo ao caráter, à lei e à soberania de Deus, relacionando a condição humana à queda de Adão e Eva (Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2015, crença fundamental 8). No plano teológico-sistemático, essa estrutura exerce função próxima à de uma teodiceia: procura explicar a presença do mal sem atribuí-lo à intenção criadora original de Deus. Trata-se aqui de uma síntese analítica deste estudo, e não de demonstração de que todas as questões filosóficas relativas ao problema do mal estejam resolvidas pelo modelo.

7.6. Criação e Redenção: O Criador Como Redentor

A relação entre criação e redenção constitui outro eixo da teologia analisada. O Novo Testamento associa Cristo à criação (Jo 1:1-3; Cl 1:15-17; Hb 1:2), e o documento adventista de 2004 apresenta Jesus em sua relação tanto com criação quanto com redenção (Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2004). Nesse sistema, a criação não funciona apenas como doutrina introdutória anterior ao evangelho. O Cristo relacionado à origem da realidade é também aquele a quem se atribui a redenção.

A salvação é compreendida, consequentemente, como restauração e não como libertação de uma realidade material considerada intrinsecamente má. A esperança escatológica inclui ressurreição e nova criação, preservando continuidade teológica entre origem, redenção e restauração.

7.7. A Historicidade de Adão e a Lógica da Redenção

A compreensão adventista inclui a historicidade do primeiro casal. A Crença Fundamental nº 6 refere-se ao primeiro homem e à primeira mulher criados à imagem de Deus (Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2015, crença fundamental 6). Essa posição também se relaciona à função canônica de Adão, particularmente em Romanos 5 e 1 Coríntios 15, onde Paulo estabelece relações teológicas entre Adão e Cristo. A importância dessa leitura no sistema adventista, portanto, não reside apenas em determinada interpretação de Gênesis, mas também na continuidade entre criação, queda e redenção.

7.8. O Dilúvio e a Compreensão Adventista da História Terrestre

Os documentos adventistas analisados caracterizam o Dilúvio de Gênesis como acontecimento histórico e global (Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2004b; 2010). Essa proposição produz contato mais direto entre teologia e ciências históricas. Caso o evento seja compreendido como global e dotado de efeitos extensos sobre a superfície terrestre, surgem questões potencialmente investigáveis no campo geológico.

A distinção epistemológica desenvolvida ao longo do artigo permanece essencial: a convicção denominacional acerca do Dilúvio possui fundamento primariamente exegético e teológico; modelos científicos propostos para explicar suas possíveis consequências

pertencem a uma etapa distinta e devem ser avaliados por critérios próprios das ciências correspondentes.

O documento de 2004 reconhece tensões entre determinados dados interpretados pela ciência contemporânea e a compreensão adventista das origens, recomendando estudo e diálogo interdisciplinar (Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2004). Assim, a formulação acadêmica da doutrina não deve sugerir que todas as questões geológicas relacionadas ao Dilúvio estejam solucionadas.

7.9. Criação e a Grande Controvérsia

A integração da criação à doutrina da grande controvérsia constitui elemento particularmente característico do sistema adventista. A Crença Fundamental nº 8 apresenta a humanidade como envolvida em conflito relacionado ao caráter, à lei e à soberania de Deus e associa a condição humana à rebelião e à queda (Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2015, crença fundamental 8). Nesse quadro, criação e redenção adquirem dimensão cósmica. O problema das origens não se reduz à constituição material do mundo, mas é integrado a questões relativas ao caráter do Criador, à liberdade das criaturas, ao pecado e à restauração.

A estrutura apresenta coerência interna com a antropologia, a compreensão do pecado e a escatologia adventistas. Isso não significa que resolva, sem argumentação adicional, as diferentes objeções filosóficas relativas à teodiceia e ao livre-arbítrio.

7.10. Criação e Missão: Apocalipse 14:6-7

A criação também possui dimensão missiológica no adventismo. Apocalipse 14:6-7 associa o “evangelho eterno” ao chamado à

adoração daquele que fez “o céu, a terra, o mar e as fontes das águas”. O *Affirmation of Creation* relaciona esse texto à missão adventista e ao chamado à adoração de Deus como Criador (Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2004). Outro documento oficial de 2004 estabelece relação semelhante (Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2004b). Essa articulação ajuda a explicar a importância particular da doutrina das origens para a identidade adventista, especialmente por sua conexão com o sábado e com a interpretação denominacional de Apocalipse 14.

7.11. Criação e Nova Criação

A relação entre primeira criação e restauração escatológica completa o arco teológico. O documento de 2004 observa a relação entre criação e recriação, enquanto as conexões canônicas anteriormente examinadas aproximam Gênesis 1–3 de Apocalipse 21–22 (Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2004). Na estrutura adventista, queda, redenção e restauração pressupõem uma criação originalmente boa. A nova criação não representa abandono do projeto criador, mas sua restauração após a ruptura introduzida pelo pecado.

7.12. Coerência Sistêmica da Doutrina Adventista

O *Affirmation of Creation* caracteriza a criação como elemento fundamental do sistema doutrinário adventista e destaca suas relações com outras crenças (Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2004). A revisão realizada permite identificar essas conexões: a semana criadora relaciona-se ao sábado; a criação especial da humanidade, à antropologia; a criação originalmente boa, à compreensão da queda; Adão, à estrutura soteriológica; o Dilúvio, ao juízo e à história das

origens; Cristo Criador, à redenção; a nova criação, à escatologia; e Apocalipse 14, à missão.

Há, portanto, elevada integração interna entre a doutrina da criação e outros componentes do sistema adventista. Essa conclusão possui alcance específico. Coerência interna não equivale a confirmação da verdade de todas as proposições envolvidas. Um sistema pode apresentar integração lógica e ainda precisar submeter suas proposições a avaliação exegética, filosófica e, quando pertinente, empírica.

7.13. Tensões, Questões Abertas e Humildade Epistemológica

Uma avaliação crítica da doutrina adventista das origens deve reconhecer seus pontos de tensão, sobretudo na relação entre a compreensão denominacional de criação recente e modelos predominantes nas ciências históricas contemporâneas. O documento de 2004 reconhece explicitamente esse problema (Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2004). A declaração de 2010 afirma também que o relato bíblico não responde a todas as questões que podem ser formuladas acerca das origens e reconhece limites do conhecimento humano (Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2010).

Essa postura pode ser descrita, para fins analíticos deste estudo, como humildade epistemológica confessional: a manutenção de convicções teológicas centrais sem atribuir a elas capacidade de responder a todas as questões referentes aos mecanismos físicos envolvidos na história natural. Essa diferenciação exige distinguir convicções doutrinárias, inferências teológicas, modelos científicos e questões ainda abertas. Modelos detalhados sobre processos geológicos, mecanismos biológicos ou cronologias cosmológicas

não devem receber automaticamente o mesmo estatuto das afirmações efetivamente presentes nos documentos confessionais.

7.14. Avaliação da Coerência com os Resultados das Seções Anteriores

A formulação adventista pode agora ser comparada aos diferentes níveis analisados na revisão. No plano metafísico, sua afirmação de um Criador encontra interlocução com tradições filosóficas que tratam causalidade, contingência e fundamento do ser como problemas racionalmente discutíveis. Isso não significa que tais argumentos demonstrem especificamente a doutrina adventista. No plano da filosofia contemporânea da religião, a literatura examinada oferece argumentos contra a conclusão de que o desenvolvimento científico, por si só, tenha eliminado a racionalidade do teísmo.

No plano da filosofia da ciência, a distinção entre naturalismo metodológico e naturalismo metafísico mostra que o emprego científico de causas naturais não constitui automaticamente afirmação sobre a inexistência de realidade transcendente. A mesma distinção, contudo, não autoriza ignorar os critérios empíricos próprios das ciências. No plano exegético, o corpus analisado contém argumentos textuais para a interpretação adventista dos dias, do sábado, da criação da humanidade e da continuidade narrativa de Gênesis. Como parte importante desse corpus pertence à própria tradição adventista, tais resultados precisam permanecer abertos ao diálogo com interpretações exegéticas concorrentes.

No plano teológico-sistemático, os elementos examinados apresentam forte integração com outras crenças da denominação. A

doutrina adventista da criação é mais adequadamente compreendida, portanto, não apenas como hipótese explicativa de mecanismos naturais, mas como componente de uma cosmovisão teológica abrangente.

7.15. Síntese: Criação Como Cosmovisão Adventista

No contexto do corpus analisado, o criacionismo bíblico adventista designa uma estrutura mais ampla do que a afirmação de criação em seis dias. Essa cosmovisão inclui a compreensão de Deus como Criador e Sustentador, atribui intencionalidade e valor à criação, relaciona a dignidade humana à imagem de Deus, conecta a semana criadora ao sábado, interpreta o mal como ruptura posterior, articula criação e redenção e orienta a esperança escatológica para a restauração.

A integração desses elementos confere significativa coerência interna ao sistema. O rigor epistemológico exige, entretanto, preservar a distinção entre coerência teológica e confirmação empírica. Quando a doutrina formula proposições sobre a história física da natureza, estas entram em diálogo com as evidências e modelos das ciências pertinentes. A documentação adventista analisada fornece espaço para essa postura ao combinar convicção confessional e reconhecimento dos limites humanos no conhecimento das origens (Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2004; 2010). Essa análise permite avançar à etapa de síntese teórica: como articular filosofia, ciência, hermenêutica e teologia sem confundir as competências epistemológicas de cada campo?

8. FILOSOFIA, CIÊNCIA E REVELAÇÃO: PROPOSIÇÃO DE UM MODELO INTEGRATIVO PARA A RACIONALIDADE DO

CRIACIONISMO BÍBLICO

A revisão desenvolvida ao longo deste estudo indica que a discussão sobre o criacionismo bíblico envolve diferentes níveis de conhecimento que nem sempre são adequadamente distinguidos. Argumentos metafísicos acerca da existência de Deus, teorias científicas sobre processos naturais, interpretações exegéticas de Gênesis e formulações doutrinárias não respondem às mesmas perguntas nem empregam necessariamente os mesmos critérios de investigação.

A análise permite, assim, propor uma estrutura teórico-conceitual destinada a organizar as relações entre esses níveis sem reduzi-los uns aos outros. O modelo é constituído por quatro dimensões: metafísico-filosófica, epistemológico-científica, revelacional-hermenêutica e teológico-sistemática. O termo modelo é empregado aqui em sentido teórico-conceitual. Não se trata de modelo estatístico, preditivo ou empiricamente validado, mas de uma estrutura analítica derivada da síntese da literatura examinada e destinada a organizar diferentes tipos de questões, evidências e inferências envolvidos no debate.

Sua finalidade não é deduzir integralmente o criacionismo bíblico da filosofia ou das ciências naturais. O objetivo é oferecer uma estrutura para examinar sua racionalidade preservando as diferenças entre possibilidade metafísica, investigação empírica, interpretação das Escrituras e coerência teológica.

8.1. Primeiro Nível: Fundamento Metafísico-Filosófico

O primeiro nível pergunta pelo fundamento da existência: por que existe algo em vez de nada e em que sentido a realidade pode ser

considerada contingente ou dependente? Agostinho diferencia Criador e realidade criada e relaciona a temporalidade à ordem da criação (Agostinho, 1887, Confissões, XI, 4-13). Aquino desenvolve argumentos relacionados à causalidade e à contingência (Tomás de Aquino, 1920, I, q. 2, a. 2-3). Leibniz aplica o princípio da razão suficiente à realidade contingente e formula a questão de por que existe algo em vez de nada (Leibniz, 1898, §§ 31-38; Leibniz, 1998, §§ 7-8).

Esse nível permite considerar filosoficamente a hipótese de um fundamento transcendente, mas não identifica, apenas por esses argumentos, todas as características do Deus das Escrituras nem determina os atos específicos atribuídos a ele. O resultado deve ser formulado com cautela: a tradição analisada fornece argumentos que tornam a proposição de um fundamento transcendente filosoficamente discutível. Não estabelece consenso nem elimina todas as alternativas metafísicas.

8.2. Segundo Nível: Racionalidade Epistemológica e Investigação Científica

O segundo nível pergunta que tipo de conhecimento as ciências naturais podem produzir sobre as origens e quais são os limites de suas inferências. Cosmologia, física, química, geologia e biologia dispõem de métodos próprios para investigar processos naturais e reconstruir acontecimentos passados. A legitimidade dessa investigação não depende da adoção de determinada posição teológica.

A literatura examinada permite, contudo, distinguir a investigação científica de causas naturais da afirmação metafísica de que

somente causas naturais existem. Donahue (2025, p. 1981-2002) identifica diferentes formulações do naturalismo metodológico; Dawes e Smith (2018, p. 22-31) discutem um naturalismo de domínio; e Plantinga (2011, p. 31-63) questiona a identificação lógica entre processos evolutivos e naturalismo metafísico.

Essa diferenciação possui duas consequências simétricas. Uma explicação científica bem-sucedida de determinado processo não constitui automaticamente refutação do teísmo; inversamente, reconhecer os limites metodológicos da ciência não fornece evidência automática para uma interpretação criacionista específica. A investigação científica preserva, portanto, autonomia metodológica real, enquanto interpretações metafísicas de seus resultados exigem argumentação adicional.

8.3. Terceiro Nível: Revelação e Interpretação Hermenêutica

O terceiro nível pergunta, a partir da consideração das Escrituras como revelação no interior da cosmovisão estudada, o que os textos efetivamente afirmam acerca do Criador e das origens. Esse nível fornece conteúdos que argumentos metafísicos não determinam. Uma argumentação sobre contingência pode tratar de um fundamento necessário, mas não estabelece isoladamente criação à imagem de Deus, sábado, Adão, Eva ou Noé.

A revelação também não elimina a necessidade de interpretação. O texto precisa ser examinado mediante critérios linguísticos, literários, históricos, intertextuais e canônicos. No corpus analisado, Davidson (2003, p. 11-19) e outros autores adventistas oferecem argumentos para compreender a semana de Gênesis 1 como seis dias ordinários, com base em elementos como numeração, “tarde e manhã”,

progressão narrativa e relação com Êxodo 20:8-11. A leitura de Gênesis 1 e 2 como relatos complementares também aparece na literatura adventista examinada.

Essas interpretações especificam o conteúdo teológico que não poderia ser obtido apenas pela investigação filosófica. Ao mesmo tempo, seu estatuto deve permanecer transparente: tratam-se de conclusões hermenêuticas produzidas a partir de determinado corpus e sujeitas ao confronto com interpretações concorrentes.

8.4. Quarto Nível: Integração Teológico-Sistemática

O quarto nível pergunta como as afirmações bíblicas acerca da criação se relacionam com outras doutrinas e compõem uma cosmovisão. No adventismo, os documentos examinados relacionam criação ao sábado, à humanidade, à queda, ao pecado e à morte, à redenção em Cristo, à missão e à restauração final (Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2004). Nesse sentido, o criacionismo adventista pode ser compreendido como estrutura teológico-sistemática na qual a doutrina das origens participa de uma narrativa mais ampla de criação, queda, redenção e nova criação. A coerência dessa integração constitui objeto legítimo de avaliação racional, mas não deve ser confundida com verificação empírica das proposições históricas ou físicas envolvidas.

8.5. A Relação Entre os Quatro Níveis

As quatro dimensões podem ser sintetizadas da seguinte maneira:

Nível metafísico-filosófico: investiga o fundamento da realidade; contribui com argumentos sobre causalidade, contingência e transcendência; não determina o conteúdo específico da revelação.

Nível epistemológico-científico: investiga fenômenos, processos e história natural; contribui com dados e modelos empíricos; não estabelece, por seus métodos isoladamente, a existência ou inexistência de toda realidade transcendente.

Nível revelacional-hermenêutico: investiga aquilo que os textos bíblicos comunicam acerca das origens; contribui para especificar o conteúdo da doutrina; não substitui a investigação empírica de fenômenos naturais.

Nível teológico-sistemático: examina a articulação da criação com outras crenças; contribui para avaliar a coerência da cosmovisão; coerência interna não equivale à confirmação empírica de todas as suas proposições.

A distinção entre esses níveis evita diferentes tipos de extrapolação: filosofia não demonstra, por si, os eventos particulares de Gênesis; dados científicos não registram diretamente uma conclusão teísta; explicações naturais não estabelecem automaticamente naturalismo metafísico; e textos bíblicos não devem ser transformados em manuais técnicos de ciências naturais.

8.6. Complementaridade Sem Equivalência

A relação proposta entre filosofia, ciência, hermenêutica e teologia pode ser descrita como complementaridade epistemológica sem equivalência metodológica. Os campos podem contribuir para uma compreensão mais ampla das origens sem desempenhar a mesma função. A filosofia examina fundamentos e pressupostos; a ciência investiga fenômenos e processos naturais; a hermenêutica interpreta textos; e a teologia sistematiza conteúdos doutrinários.

Essa diferenciação não exige isolamento. Existem zonas de contato. Afirmções bíblicas acerca de acontecimentos no mundo físico podem interagir com ciências históricas; interpretações ontológicas de teorias científicas entram no campo filosófico; e pressupostos filosóficos podem influenciar a hermenêutica. O modelo proposto é, portanto, diferenciador, mas não separatista.

8.7. O Princípio da Não Extrapolação Epistemológica

O primeiro princípio proposto é o da não extrapolação epistemológica: uma conclusão deve permanecer dentro do alcance do método e das evidências que a sustentam. Uma conclusão filosófica não deve ser apresentada como descoberta experimental; uma explicação científica não deve ser convertida automaticamente em metafísica; uma interpretação bíblica não deve ser apresentada como resultado laboratorial; e um documento confessional não constitui evidência independente da verdade da doutrina que formula.

O ajuste fino ilustra a aplicação do princípio. Características cosmológicas podem constituir dados científicos, enquanto a comparação entre design, necessidade, acaso ou multiverso pertence a uma etapa filosófica adicional.

8.8. O Princípio da Proporcionalidade da Afirmção

O segundo princípio é o da proporcionalidade da afirmação. A força e a especificidade da conclusão devem permanecer proporcionais às evidências disponíveis. Esse princípio possui aplicação particularmente importante na interpretação bíblica. Defender o texto não exige atribuir-lhe afirmações que ele não formula claramente. A discussão de Gênesis 1:1, por exemplo, recomenda

diferenciar a interpretação da semana criadora de uma afirmação precisa sobre a idade de todo o cosmos. A proporcionalidade reduz extrapolações e aumenta a precisão do argumento.

8.9. O Princípio da Crítica Simétrica

O terceiro princípio é o da crítica simétrica dos pressupostos. Não é metodologicamente consistente analisar rigorosamente premissas naturalistas e, simultaneamente, tratar pressupostos teístas ou hermenêuticos como se estivessem isentos de explicitação. Canale (2003a, p. 65-71) chama atenção para o papel das condições interpretativas nos processos de conhecimento. Aplicado simetricamente, esse princípio exige reconhecer também pressupostos da interpretação adventista, entre eles autoridade das Escrituras, unidade canônica e possibilidade de revelação sobrenatural.

A existência de pressupostos não torna automaticamente válida ou inválida qualquer interpretação. A tarefa analítica consiste em torná-los explícitos e avaliar o papel que desempenham.

8.10. O Princípio da Abertura Crítica

O quarto princípio é a abertura crítica. Convicção teológica não equivale à infalibilidade de toda interpretação humana, assim como o êxito das ciências não torna definitivas todas as teorias vigentes. Essa posição procura evitar dois tipos de fechamento: o religioso, no qual determinada interpretação se torna imune à crítica, e o cientificista, no qual modelos científicos atuais são transformados em descrição metafísica definitiva da realidade.

Os documentos adventistas analisados reconhecem a necessidade de investigação contínua e a existência de questões abertas (Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2004; 2010).

8.11. O Princípio da Convergência Sem Prova Absoluta

O quinto princípio, denominado neste estudo convergência de racionalidade, propõe que a avaliação racional de uma cosmovisão não precise depender de uma única demonstração absoluta. A denominação é proposta neste artigo. Ela se aproxima, sem se identificar, da abordagem cumulativa de Swinburne (2004), segundo a qual diferentes elementos podem contribuir conjuntamente para a avaliação racional de uma hipótese.

Aplicada ao presente estudo, a convergência não significa somar filosofia, ciência e Bíblia como se produzissem uma prova formal do criacionismo. Significa perguntar se diferentes linhas de argumentação apresentam compatibilidades, tensões ou convergências que possam ser examinadas conjuntamente sem perda de suas diferenças epistemológicas. O resultado pretendido é uma estrutura cumulativa de racionalidade, e não uma demonstração coercitiva.

8.12. Racionalidade Interna e Racionalidade Externa

Para fins analíticos deste estudo, propõe-se distinguir racionalidade interna e racionalidade externa. A racionalidade interna refere-se à coerência entre as proposições que compõem a cosmovisão. No sistema adventista examinado, criação, humanidade, sábado, queda, redenção e restauração apresentam relações sistemáticas identificáveis. A racionalidade externa diz respeito à capacidade dessa cosmovisão de permanecer aberta ao diálogo e à avaliação

diante de conhecimentos, evidências e objeções provenientes de fora de seu próprio sistema.

As duas dimensões não são equivalentes. Uma doutrina pode apresentar elevada coerência interna e ainda enfrentar dificuldades externas. Por isso, o modelo exige simultaneamente integração interna e abertura ao confronto crítico.

8.13. O Criacionismo Bíblico Como Cosmovisão Explicativa

A análise realizada permite propor que, no contexto deste estudo, o criacionismo bíblico seja compreendido primariamente como cosmovisão de caráter metafísico, revelacional e teológico que também formula proposições com possíveis implicações para a história natural, e não simplesmente como teoria científica concorrente.

Reduzi-lo a teoria científica eliminaria parte importante de sua estrutura filosófica e teológica. No extremo oposto, tratá-lo como crença exclusivamente espiritual ignoraria a pretensão histórica presente nas narrativas interpretadas pela tradição estudada.

Sua estrutura inclui afirmações metafísicas sobre Deus e criação; afirmações históricas sobre a ação divina nas origens; afirmações antropológicas sobre a humanidade; implicações éticas; proposições teológicas sobre queda, redenção e restauração; e possíveis pontos de contato empírico quando determinadas afirmações se referem à história física do mundo. Essa multidimensionalidade explica por que nenhuma disciplina isolada esgota a discussão.

8.14. Proposição do Modelo Integrativo de Racionalidade do Criacionismo Bíblico

Como síntese teórico-conceitual desta revisão, propõe-se denominar a estrutura desenvolvida de Modelo Integrativo de Racionalidade do Criacionismo Bíblico (MIRCB).

O MIRCB organiza quatro dimensões:

1. Dimensão metafísico-filosófica — examina argumentos acerca de um fundamento transcendente da realidade
2. Dimensão epistemológico-científica — examina processos naturais, evidências científicas e os limites das inferências produzidas pelas ciências.
3. Dimensão revelacional-hermenêutica — investiga o conteúdo das narrativas bíblicas mediante interpretação textual
4. Dimensão teológico-sistemática — examina a integração da criação com outras proposições da cosmovisão estudada

O modelo é orientado por cinco princípios:

1. Não extrapolação epistemológica: nenhuma conclusão deve ultrapassar o alcance do método que a sustenta
2. Proporcionalidade da afirmação: a força da conclusão deve corresponder à força e à especificidade das evidências disponíveis.
3. Crítica simétrica dos pressupostos: pressupostos naturalistas, teístas e hermenêuticos devem ser explicitados e avaliados

4. Abertura crítica: convicções não eliminam a revisabilidade das interpretações humanas nem dos modelos científicos
5. Convergência de racionalidade: a racionalidade da cosmovisão pode ser examinada cumulativamente pela relação entre diferentes linhas de argumentação, sem convertê-las em uma única forma de prova.

O MIRCB constitui uma proposição teórico-epistemológica derivada desta revisão. Não se trata de modelo empiricamente validado nem de instrumento destinado a decidir questões científicas ou exegéticas por procedimentos externos aos respectivos campos.

8.15. Contribuição e Limites do Modelo Proposto

A principal contribuição potencial do MIRCB consiste em substituir uma oposição binária entre criação e ciência por uma estrutura de análise que diferencia tipos de questões, métodos, pressupostos e inferências. Em vez de perguntar qual campo possui todas as respostas, o modelo propõe identificar que pergunta está sendo formulada, qual método é adequado para investigá-la, quais premissas participam da resposta e até onde a conclusão pode legitimamente alcançar.

Sua utilidade conceitual também está em localizar diferentes fontes de desacordo. Divergências acerca das origens podem ocorrer no plano metafísico, epistemológico, hermenêutico, científico ou teológico, e nem todo conflito em um desses níveis precisa ser automaticamente transferido aos demais. O modelo possui, contudo, limites definidos. Não resolve empiricamente disputas específicas de geologia, paleontologia, cosmologia ou biologia; não estabelece a correção de determinada exegese apenas porque ela

apresenta coerência teológica; não elimina possíveis tensões entre interpretações bíblicas e reconstruções científicas; e ainda não foi submetido a testes de aplicabilidade em problemas concretos ou a validação conceitual externa.

Sua utilização futura poderá indicar se as quatro dimensões e os cinco princípios são suficientemente claros, abrangentes e operacionais para analisar controvérsias específicas. Por isso, o MIRCB deve ser compreendido como proposta teórico-conceitual a ser discutida, refinada e avaliada em pesquisas posteriores.

8.16. Síntese do Modelo Integrativo

Retomando a questão central do estudo, quais contribuições da filosofia da religião, da epistemologia, da filosofia da ciência e da literatura teológico-bíblica são relevantes para a análise da racionalidade da compreensão criacionista bíblica assumida pela Igreja Adventista do Sétimo Dia? —, a revisão não identifica uma única prova ou linha argumentativa suficiente para resolver o problema.

A tradição filosófica examinada fornece argumentos para discutir a possibilidade de um fundamento transcendente da realidade. A filosofia contemporânea da religião questiona a ideia de incompatibilidade necessária entre teísmo e ciência. A filosofia da ciência permite distinguir opções metodológicas de compromissos metafísicos e delimitar o alcance das explicações científicas.

A literatura bíblico-teológica analisada fornece argumentos interpretativos acerca da identidade do Criador, da estrutura da criação, da humanidade, do sábado, da queda, do Dilúvio e da

restauração. A teologia adventista, por sua vez, articula esses elementos em uma cosmovisão internamente integrada.

A síntese proposta pelo MIRCB não exige transformar revelação em ciência nem utilizar lacunas científicas como prova da existência de Deus. Ela consiste em examinar como possibilidade metafísica, investigação científica, interpretação hermenêutica e coerência teológica podem participar de uma avaliação cumulativa sem que suas respectivas competências sejam confundidas. Essa estrutura constitui a principal contribuição conceitual proposta pela revisão. Seu valor, entretanto, dependerá de sua capacidade de permanecer criticamente aberta a objeções, literatura divergente e futuras aplicações analíticas.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar, por meio de revisão da literatura, contribuições filosóficas, epistemológicas, científicas e teológico-bíblicas relacionadas à racionalidade do criacionismo bíblico, considerando particularmente sua formulação na cosmovisão da Igreja Adventista do Sétimo Dia. A investigação foi orientada pela seguinte questão: quais contribuições da filosofia da religião, da epistemologia, da filosofia da ciência e da literatura teológico-bíblica são relevantes para a análise da racionalidade da compreensão criacionista bíblica assumida pela Igreja Adventista do Sétimo Dia?

A revisão indica, em primeiro lugar, que o debate sobre as origens não pode ser adequadamente reduzido a uma oposição genérica entre fé e ciência. Questões acerca do fundamento da existência, investigações científicas sobre processos naturais, interpretações das

narrativas bíblicas e formulações teológico-sistemáticas pertencem a campos relacionados, mas operam com objetos, métodos e critérios de análise distintos. Preservar essas diferenças constitui condição importante para evitar extrapolações epistemológicas.

No plano metafísico-filosófico, a tradição examinada fornece argumentos para considerar racionalmente questões relativas à causalidade, à contingência, à dependência ontológica e ao fundamento da realidade. Agostinho, Tomás de Aquino e Leibniz representam formulações distintas dessa tradição (Agostinho, 1887, Confissões, XI, 4-13; Tomás de Aquino, 1920, I, q. 2, a. 2-3; Leibniz, 1898, §§ 31-38; Leibniz, 1998, §§ 7-8). Esses argumentos não estabelecem, por si mesmos, uma criação em seis dias nem as particularidades das narrativas bíblicas das origens. Sua contribuição é anterior: mostram que a pergunta por um fundamento transcendente da realidade constitui objeto legítimo de investigação filosófica.

A filosofia contemporânea da religião acrescenta outra dimensão ao problema. Plantinga (2011, p. 31-63) oferece argumentos para distinguir teorias científicas acerca de processos evolutivos de interpretações metafísicas que os considerem necessariamente não dirigidos, enquanto sua discussão mais abrangente questiona a tese de incompatibilidade necessária entre ciência e teísmo (Plantinga, 2011, p. ix-xvi; 265-350). Swinburne (2004, p. 133-191), por outro caminho, examina a possibilidade de uma avaliação cumulativa da hipótese teísta. Tais argumentos permanecem controversos e não constituem demonstrações universalmente aceitas da existência de Deus; mostram, contudo, que a racionalidade do teísmo permanece objeto de debate filosófico contemporâneo.

No campo da filosofia da ciência, a revisão evidenciou a importância de distinguir naturalismo metodológico, naturalismo metafísico e cientificismo. Donahue (2025, p. 1981-2002), Dawes e Smith (2018, p. 22-31) e Kim (2022, p. 166-178), embora partam de perspectivas distintas, fornecem elementos para sustentar que a investigação científica de causas naturais não implica, por inferência imediata, a tese ontológica de que somente a natureza existe.

Dessa distinção decorre uma conclusão central do estudo: o sucesso das explicações científicas naturais não constitui, por si, demonstração do naturalismo metafísico. A conclusão inversa é igualmente necessária: reconhecer os limites epistemológicos do naturalismo metodológico também não constitui demonstração do criacionismo bíblico. Uma limitação metodológica da ciência não pode ser preenchida automaticamente por uma explicação teológica previamente escolhida.

A especificidade do criacionismo bíblico depende, portanto, de sua dimensão hermenêutica. No corpus exegético analisado, especialmente nos trabalhos de Davidson, Hasel, Doukhan e Moskala, foram identificados argumentos em favor de uma compreensão de Gênesis 1-11 como narrativa teológica dotada de pretensão referencial histórica. Elementos como a sequência numerada dos dias, a fórmula “tarde e manhã”, as relações entre Gênesis 1 e 2 e a conexão da semana da criação com Êxodo 20:8-11 ocupam papel relevante nessa interpretação (Davidson, 2003, p. 11-19).

Essas conclusões devem ser compreendidas de maneira proporcional ao corpus examinado. Parte importante da literatura exegética utilizada pertence à própria tradição adventista, o que

recomenda cautela na generalização dos resultados e reforça a necessidade de diálogo mais amplo com interpretações acadêmicas concorrentes. A análise também indicou que estrutura literária e referência histórica não precisam ser tratadas como categorias mutuamente excludentes, sem que isso permita resolver apenas pela forma literária todas as questões relativas à historicidade das narrativas.

O mesmo princípio de proporcionalidade exige prudência em relação à cronologia. A interpretação de uma semana constituída por dias ordinários não estabelece automaticamente uma idade específica para todo o universo. A discussão de Gênesis 1:1–3 permite distinguir a questão da origem do cosmos daquela relativa à sequência da semana criadora. Por isso, expressões como “criação recente” devem ser utilizadas segundo o alcance efetivamente sustentado pelo texto e pela formulação doutrinária examinada

Na formulação adventista, a criação apresenta função mais ampla do que fornecer uma cronologia das origens. Os documentos confessionais analisados relacionam-na ao sábado, à compreensão da humanidade, à queda, ao pecado, à redenção em Cristo, à missão e à restauração escatológica (Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2004; 2010; 2015). Nesse sentido, o criacionismo bíblico adventista pode ser compreendido prioritariamente como uma cosmovisão teológica integrada, e não apenas como modelo concorrente de teorias científicas sobre mecanismos naturais.

Essa integração confere ao sistema significativa coerência interna: criação, humanidade, sábado, queda, redenção e nova criação participam de uma estrutura teológica articulada. Coerência, entretanto, não equivale a confirmação automática. As proposições

da cosmovisão permanecem sujeitas à avaliação segundo a natureza de cada afirmação: filosófica, hermenêutica, teológica ou, quando se refere à história física da natureza, empírica.

Como principal contribuição teórico-conceitual desta revisão, propôs-se o Modelo Integrativo de Racionalidade do Criacionismo Bíblico (MIRCB). O modelo organiza a análise em quatro dimensões, metafísico-filosófica, epistemológico-científica, revelacional-hermenêutica e teológico-sistemática, e é orientado pelos princípios de não extrapolação epistemológica, proporcionalidade da afirmação, crítica simétrica dos pressupostos, abertura crítica e convergência de racionalidade.

O MIRCB deve ser compreendido como uma proposição teórico-epistemológica, e não como modelo empiricamente validado. Sua função consiste em organizar o diálogo entre campos distintos e indicar o alcance legítimo de suas conclusões. O modelo não transforma filosofia em ciência, ciência em metafísica, exegese em evidência experimental ou documentos confessionais em comprovação independente das doutrinas que formulam.

A resposta à questão de pesquisa pode, assim, ser sintetizada de maneira prudente: a literatura analisada não oferece uma demonstração científica direta do criacionismo bíblico, mas fornece diferentes linhas de argumentação filosófica, epistemológica, hermenêutica e teológica que permitem examinar criticamente sua racionalidade como cosmovisão, sem reduzir esses campos a um único método de validação.

A investigação apresenta limitações que precisam ser reconhecidas. O corpus não esgota a extensa literatura sobre criação, evolução,

filosofia da religião, ciência e exegese bíblica. A revisão possui caráter integrativo e teórico-conceitual, e a heterogeneidade das fontes impede tratá-las como evidências de uma mesma natureza. Além disso, parte relevante do corpus exegético encontra-se vinculada à tradição adventista, circunstância que limita a generalização das conclusões hermenêuticas e torna necessária maior interlocução com interpretações divergentes.

O estudo também não examinou com profundidade suficiente problemas empíricos específicos de geologia, paleontologia, genética, cronologia, biologia evolutiva ou cosmologia para formular conclusões detalhadas sobre modelos científicos particulares. Consequentemente, o MIRCB ainda precisa ser aplicado e avaliado em controvérsias específicas.

Pesquisas futuras podem testar a utilidade analítica do modelo em temas como idade da Terra, registro fóssil, origem da vida, diversidade biológica, genética populacional, geologia do Dilúvio e cosmologia. Também é recomendável ampliar o corpus com autores externos à tradição adventista, incluindo pesquisadores cristãos de outras orientações, não teístas e críticos da teologia natural e das leituras históricas de Gênesis. Essa ampliação permitirá submeter o próprio princípio de crítica simétrica a uma avaliação mais exigente. Em contextos educacionais confessionais, futuras pesquisas poderão ainda investigar a utilidade do modelo para distinguir dados, teorias científicas, pressupostos filosóficos, interpretações teológicas e convicções de fé.

A principal conclusão deste estudo não é, portanto, que filosofia ou ciência tenham “provado” a narrativa bíblica da criação. Tal afirmação contrariaria a própria distinção epistemológica defendida

ao longo do artigo. O que a revisão permite sustentar é uma proposição mais limitada: admitir um Criador e considerar a revelação como fonte de conhecimento teológico não coloca, por si só, uma cosmovisão fora do campo da argumentação racional.

A existência, a contingência e a inteligibilidade da realidade permanecem questões filosoficamente discutíveis; o naturalismo metafísico não decorre necessariamente do método científico; as narrativas bíblicas das origens exigem avaliação segundo critérios hermenêuticos; e a formulação adventista articula esses elementos em uma estrutura teológica internamente integrada.

Nesse espaço de distinção, crítica e diálogo situa-se a proposta de racionalidade desenvolvida neste estudo: não como resultado de uma demonstração única e conclusiva, mas como possibilidade de articulação entre reflexão metafísica, investigação científica, interpretação das Escrituras e coerência teológica, preservando as competências e os limites de cada campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO DE HIPONA. Confessions. Tradução de J. G. Pilkington. In: SCHAFF, Philip (ed.). Nicene and Post-Nicene Fathers. First Series. v. 1. Buffalo, NY: Christian Literature Publishing Co., 1887a. Disponível em: <https://www.newadvent.org/fathers/1101.htm>. Acesso em: 23 ago. 2026.

AGOSTINHO DE HIPONA. The City of God. Tradução de Marcus Dods. In: SCHAFF, Philip (ed.). Nicene and Post-Nicene Fathers. First Series. v. 2. Buffalo, NY: Christian Literature Publishing Co., 1887b. Disponível em: <https://www.newadvent.org/fathers/1201.htm>. Acesso em: 23 ago. 2026.

BÍBLIA. Português. Bíblia Sagrada: Almeida Revista e Atualizada. 2. ed. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

CANALE, Fernando L. Evolution, theology, and method. Part 1: outline and limits of scientific methodology. Andrews University Seminary Studies, Berrien Springs, v. 41, n. 1, p. 65–100, 2003a. Disponível em: <https://digitalcommons.andrews.edu/auss/vol41/iss1/6>. Acesso em: 23 ago. 2026.

CANALE, Fernando L. Evolution, theology, and method. Part 2: scientific method and evolution. Andrews University Seminary Studies, Berrien Springs, v. 41, n. 2, p. 165–184, 2003b. Disponível em: <https://digitalcommons.andrews.edu/theology-christian-philosophy-pubs/36/>. Acesso em: 23 ago. 2026.

DAVIDSON, Richard M. The biblical account of origins. Journal of the Adventist Theological Society, v. 14, n. 1, p. 4–43, 2003. Disponível em: <https://digitalcommons.andrews.edu/jats/vol14/iss1/2/>. Acesso em: 23 ago. 2026.

DAWES, Gregory W.; SMITH, Tiddy. The naturalism of the sciences. Studies in History and Philosophy of Science Part A, v. 67, p. 22–31, 2018. DOI: 10.1016/j.shpsa.2017.11.012.

DONAHUE, Miles K. Methodological naturalism, analyzed. Erkenntnis, v. 90, n. 5, p. 1981–2002, 2025. DOI: 10.1007/s10670-024-00790-y.

DOUKHAN, Jacques B. The Genesis creation story: its literary structure. Berrien Springs, MI: Andrews University Press, 1978. (Andrews University Seminary Doctoral Dissertation Series, v. 5).

HASEL, Gerhard F. The “days” of creation in Genesis 1: literal “days” or figurative “periods/epochs” of time? *Origins*, v. 21, n. 1, p. 5–38, 1994. Disponível em: <https://www.grisda.org/assets/public/publications/origins/21005.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2026.

IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA. 28 Fundamental Beliefs of the Seventh-day Adventist Church. Silver Spring, MD: General Conference of Seventh-day Adventists, 2015. Disponível em: https://szu.adventist.org/wp-content/uploads/2016/04/28_Beliefs.pdf. Acesso em: 23 ago. 2026.

IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA. Affirmation of Creation. Silver Spring, MD: General Conference of Seventh-day Adventists, 11 out. 2004a. Disponível em: <https://gc.adventist.org/official-statements/affirmation-of-creation/>. Acesso em: 23 ago. 2026.

IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA. Creation: the Bible’s worldview. Silver Spring, MD: General Conference of Seventh-day Adventists, 24 jun. 2010. Disponível em: <https://gc.adventist.org/official-statements/creation-the-bibles-worldview/>. Acesso em: 23 ago. 2026.

IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA. Response to an Affirmation of Creation. Silver Spring, MD: General Conference of Seventh-day Adventists, 13 out. 2004b. Disponível em: <https://gc.adventist.org/official-statements/response-to-an-affirmation-of-creation/>. Acesso em: 23 ago. 2026.

KIM, Junghyung. A qualification of methodological naturalism: Brightman and de Vries revisited. *Theology and Science*, v. 20, n. 2, p. 166–178, 2022. DOI: 10.1080/14746700.2022.2051249.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. Philosophical essays. Editado e traduzido por Roger Ariew e Daniel Garber. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1989.

MANSON, Neil A. The fine-tuning argument. *Philosophy Compass*, v. 4, n. 1, p. 271–286, 2009. DOI: 10.1111/j.1747-9991.2008.00188.x.

MONTON, Bradley. God, fine-tuning, and the problem of old evidence. *The British Journal for the Philosophy of Science*, v. 57, n. 2, p. 405–424, 2006. DOI: 10.1093/bjps/axl008.

MOSKALA, Jiří. A fresh look at two Genesis creation accounts: contradictions? *Andrews University Seminary Studies*, Berrien Springs, v. 49, n. 1, p. 45–65, 2011. Disponível em: https://www.andrews.edu/library/car/cardigital/Periodicals/AUSS/2011/2011_v49_n1.pdf. Acesso em: 23 ago. 2026.

MOSKALA, Jiří. The Sabbath in the first creation accounts. *Journal of the Adventist Theological Society*, v. 13, n. 1, p. 55–66, 2002. Disponível em: <https://digitalcommons.andrews.edu/jats/vol13/iss1/5/>. Acesso em: 23 ago. 2026.

PLANTINGA, Alvin. *Where the conflict really lies: science, religion, and naturalism*. New York: Oxford University Press, 2011. DOI: 10.1093/acprof/9780199812097.001.0001.

SWINBURNE, Richard. *The existence of God*. 2. ed. Oxford: Clarendon Press; New York: Oxford University Press, 2004.

TOMÁS DE AQUINO. *The Summa Theologiæ of St. Thomas Aquinas*. Tradução dos Fathers of the English Dominican Province. Revised edition. London: Burns Oates & Washbourne; New York: Benziger

Brothers, 1920. Disponível em: <https://www.newadvent.org/summa/>. Acesso em: 23 ago. 2026.

TORRANCE, Andrew B. Should a Christian adopt methodological naturalism? *Zygon*, v. 52, n. 3, p. 691–725, 2017. DOI: 10.1111/zygo.12363.

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, v. 52, n. 5, p. 546–553, 2005. DOI: 10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x.

¹ Doutorando em Educação pela UniChristian International University – Paris, FRA. Mestre em Educação pelo UNASP – Engenheiro Coelho, SP. E-mail [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)